

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**ESTADO LAICO E RELIGIÃO: UM RELACIONAMENTO SAUDÁVEL**

**FILIPPE DAVID DE SOUZA**

**FLORIANÓPOLIS – SC  
DEZEMBRO/2015**

**FILIPPE DAVID DE SOUZA**

**ESTADO LAICO E RELIGIÃO: UM RELACIONAMENTO SAUDÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Dr. Reinaldo Pereira e Silva

FLORIANÓPOLIS – SC

DEZEMBRO/2015




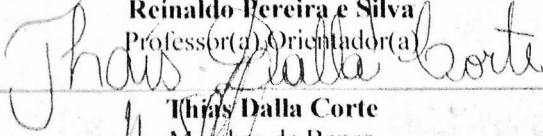
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

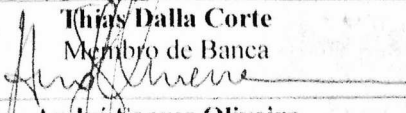
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**Estado Laico e Religião: um relacionamento saudável**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Filippe David de Souza**, defendido em **02/12/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (NOVE E MEIO), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 2 de Dezembro de 2015

  
\_\_\_\_\_  
**Reinaldo Pereira e Silva**  
Professor(a) Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
**Thais Dalla Corte**  
Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
**André Soares Oliveira**  
Membro de Banca



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E  
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Filippe David de Souza**  
RG: **5296943**  
CPF: **08401610931**  
Matrícula: **11100237**  
Título do TCC: **Estado Laico e Religião: um relacionamento saudável**  
Orientador(a): **Reinaldo Pereira e Silva**

Eu, **Filippe David de Souza**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 2 de Dezembro de 2015

  
\_\_\_\_\_  
Filippe David de Souza

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que além de estar sempre comigo me dando forças não só para a realização deste trabalho acadêmico, mas para tudo em minha vida, também em uma fatídica tarde em meio a uma pequena crise sobre a escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso me concedeu a ideia deste projeto, a qual me foi de imenso agrado. Meu Pai eterno, obrigado por tudo.

Em segundo lugar à minha noiva, Louise Flores de Souza, que esteve sempre ao meu lado, aguentando meu mau humor do estresse que passei nos últimos meses, estresse esse não só devido à elaboração desta monografia, mas também ao planejamento do nosso casamento que será neste mês (Dezembro de 2015). Foram meses conturbados para nós dois, mas ao menos um dos motivos de tensão se encerra com a entrega, apresentação e julgamento deste trabalho. O outro motivo está por vir, e, com certeza, trará alegria mais do que suficiente para compensar tudo que passamos.

Têm toda a minha gratidão os professores da graduação que me fizeram chegar até aqui, me desconstruíram, criaram em mim o espírito crítico, me ensinaram não só a matéria da grade curricular, mas acima disso, me ensinaram o pensamento e a construção acadêmica. Seria um pecado citar nomes privando alguns dessa gratidão, mas não poderia deixar de fazer especial menção ao professor Dr. Reinaldo Pereira e Silva, exímio orientador deste Trabalho de Conclusão de Curso, pela sua participação essencial no mesmo.

Agradeço também a toda minha família, que me deu o suporte necessário para ser quem eu sou hoje. Moram todos no meu coração, sou grato por tudo que fizeram e fazem por mim. Principalmente meu pai, Sr. David Leôncio de Souza, que sempre trabalhou duro para me dar o que não teve e sempre foi um exemplo de caráter, um homem que sempre será guia para mim.

Sou grato ainda a todos os meus amigos, que me proporcionaram a válvula de escape tão essencial, os momentos de alívio, abstração e boas risadas.

Não poderia deixar de agradecer minha liderança eclesial, meus pastores e meu bispo, Pedro Flori Ramos, que sempre me incentivou a estudar e

buscar conhecimento. Que eu possa usar o conhecimento adquirido durante a graduação em prol da obra de Cristo, ou em prol da obra do amor ao próximo, de maneira sábia, responsável e ética.



## RESUMO

SOUZA, Filipe D. de. *Estado e Religião: uma união estável*. 2015. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas/CCJ, Curso de Graduação em Direito, Florianópolis, 2015.

Trata-se de trabalho acadêmico com o objetivo de estudar a relação entre Estado Laico e Religião, partindo da demonstração através de exemplos retirados da história ocidental e do Brasil de como a Religião influencia os indivíduos, e a partir destes, a sociedade e o Estado, ainda que Laico, demonstrar através da história do Estado Laico a influência e interesse da Religião na laicidade estatal, trazer diferentes modelos de como diferentes sociedades podem sustentar um Estado Laico, em relação ao relacionamento com a Religião, especificamente analisando os modelos de separação, igualdade e aproximação trazidos por Winfried Brugger, elencando vantagens e desvantagens de cada um sendo, e analisar a proteção que o Estado Laico, de fato, pode oferecer à Religião em um Estado Constitucional, diferenciando Estado Laico, onde o Estado deve proteger a Religião, de Estado Ateu, bem como diferenciando a proteção à Religião no Estado Laico da proteção à Religião no Estado Confessional, e, por fim, analisando especificamente a proteção à Religião propriamente dita, como Direito Fundamental de primeira geração e a proteção a Religião como cultura, Direito Fundamental de terceira geração.

Palavras-chave: Estado Laico. Religião. Laicidade. Liberdade de crença. Liberdade religiosa.



## **ABSTRACT**

*It is academic work with the objective of studying the relationship between Secular State and Religion, based on the demonstration through examples from Western and Brazil's history of how Religion influences individuals, and through these, the society and the state, although secular; demonstrate through the history of Secular State the influence and interest of Religion in state secularism; bring different models of how different societies can sustain a Secular State, in relation to the relationship with Religion, specifically analyzing the models of separation, equality and approach brought by Winfried Brugger, listing advantages and disadvantages of each one, and; analyze the protection that the Secular State, in fact, can offer to Religion in a Constitutional State, differentiating Secular State, where the state must protect Religion, from Atheist State, and differentiating the protection of Religion in Secular State and the protection of Religion in the Confessional State, and, finally, specifically analyzing the protection of Religion itself, as Fundamental Right of first generation and the protection of Religion as culture, Fundamental Right of third generation.*

*Keywords: Secular State. Religion. Secularism. Freedom of belief. Freedom of Religion.*

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – ESTADO, SOCIEDADE E RELIGIÃO.....	14
I.1. Estado, sociedade e Religião na história ocidental.....	14
I.2. As Religiões no Brasil.....	24
I.3. Estado Laico: o anjo guardião da liberdade de crença.....	34
CAPÍTULO II – MODELOS DE RELACIONAMENTO ENTRE ESTADO LAICO E RELIGIÃO.....	39
II.1. Separação.....	39
II.2. Igualdade.....	44
II.3. Aproximação.....	48
CAPÍTULO III – PROTEÇÃO PRÁTICA.....	54
III.1. Proteção e interferência.....	54
III.2. Religião: Direito Fundamental.....	58
III.3. Religião: cultura dos povos.....	65
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS.....	73

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho observa a laicidade do Estado sob um prisma diferente do que geralmente se propõe. Em vez de analisar a necessidade de afastar a Religião do Estado sob a bandeira do Estado Laico, pretende-se estudar onde a Religião e o Estado Laico se encontram, e quais as consequências dessa reunião.

Primeiramente analisar-se-á alguns exemplos da história social e política do mundo ocidental, prestando-se muita atenção nos aspectos religiosos. Em que as religiões influenciaram os Estados, as sociedades, as pessoas etc; como as religiões fizeram parte da história dos povos; o que há de religioso na civilização; entre outros pontos de relevância histórica.

Posteriormente é interessante trazer o estudo para perto, analisando o histórico brasileiro entre Estado, sociedade e Religião, buscando responder os mesmos questionamentos acima suscitados.

Por fim, buscar-se-á demonstrar o que tem a ver o Estado Laico com uma sociedade eivada de valores e pretensões religiosas. Como surge o Estado Laico, para quê, o que pretende o Estado Laico são questões a serem desenvolvidas no curso do estudo.

No segundo capítulo, após ter bem fundamentado o cenário histórico em que se baseia o presente trabalho, e definido o que se entende por Estado Laico sob uma perspectiva principiológica, pretende-se demonstrar e analisar alguns modelos de relacionamento entre Estado Laico e Religião, a partir da visão de Winfried Brugger, a saber: modelo de separação, modelo de igualdade e modelo de aproximação.

No modelo de separação busca-se concretizar o Estado Laico através de uma priorização do princípio da separação total entre Estado e Religião, não sendo admitida qualquer fomentação de cunho religioso por parte do Estado.

No modelo de igualdade, de outro modo, o Estado Laico se garante não através de uma separação estrita e irrestrita, mas através da priorização da

igualdade entre as religiões. Ou seja, é aceita a fomentação da religião, através de ações positivas do Estado, desde que sejam garantidas as mesmas circunstâncias e o mesmo apoio para toda e qualquer Religião.

Já no modelo de aproximação se admite o reconhecimento de uma identificação majoritária com uma determinada Religião, o que não implica fundar-se um Estado Confessional, mas tão somente se reconhecer uma aproximação da moral civil com os valores religiosos desta determinada Religião. De maneira nenhuma deve ser imposta a Religião predominante pelo Estado, ou prejudicadas materialmente outras religiões por conta dessa aproximação entre os valores civis e os valores da Religião largamente majoritária, sob pena de se ter um Estado Confessional.

Nos três modelos serão analisados pontos positivos e pontos negativos, não se pretendendo determinar qual é o único modelo legítimo de Estado Laico, mas tão somente estudar as peculiaridades, vantagens, desvantagens e riscos de cada um.

No último capítulo, após demonstrado o quanto o Estado Laico se aproxima da Religião, o quanto a Religião é relevante na vida do cidadão, e o quanto a Religião influencia a sociedade, restando evidente que mesmo no Estado Laico ela deve ser protegida e resguardada, sendo inclusive esse um objetivo central da laicidade, buscar-se-á como se dará a efetiva proteção da Religião no Estado Laico, focando no caso brasileiro.

Primeiramente será necessário demonstrar que proteção não implica interferência, e que a Religião deve também ser protegida da interferência estatal. Analisar-se-ão as diferenças entre alguns tipos de proteção e uma breve diferenciação entre Estado Laico, Estado Ateu e Estado Confessional.

No segundo item do terceiro capítulo analisar-se-á a proteção à Religião sob o aspecto de ser a liberdade de crença um Direito Fundamental. De acordo com uma perspectiva constitucional, serão analisados os dispositivos mais importantes que garantem a efetiva proteção da Religião no ordenamento jurídico brasileiro.

Por fim, uma análise muito parecida ao item anterior será feita, contudo,

com o enfoque no caráter cultural da Religião. Será demonstrado como a Religião se caracteriza como cultura e como os dispositivos referentes à proteção da cultura se aplicam à Religião no ordenamento jurídico brasileiro.

Espera-se com este trabalho trazer luz a essa relação muitas vezes conturbada e controversa entre dois entes que, na verdade, se complementam. De um lado, um Estado soberano que busca regular e proteger a vida cotidiana do cidadão. De outro, um aspecto essencial na vida do cidadão, que lhe incute valores e princípios, o que por sua vez influenciam na vida civil. Estado e Religião, um relacionamento que deve ser respeitado, uma união que, embora com certas turbulências e debates acalorados, é essencial para que se cumpram os objetivos de ambas as entidades.

## CAPÍTULO I – ESTADO, SOCIEDADE E RELIGIÃO

### I.1. Estado, sociedade e Religião na história ocidental

A Religião sempre foi um elemento presente e determinante nas escolhas individuais e coletivas. É impossível não falar em Religião quando se conta a história da humanidade, sendo que o estudo de qualquer civilização, desde o estudo da cultura até das decisões políticas, vai sempre passar pela percepção das crenças religiosas envolvidas.

Desde os primórdios da civilização são notáveis traços de motivação e influência religiosa. Afinal, temos as pinturas rupestres, os grandes monumentos como as pirâmides ao redor do mundo, o Stonehenge, os Moais (cabeças da Ilha de Páscoa) etc. Todos representam esforços da humanidade em se aproximar do divino, ainda que não saibamos ao certo ao que exatamente correspondem cada uma dessas representações.

E não somente a busca do divino é encontrada ao longo da história através de peças de arte e representações expressas das mais diversas, mas de fato a influência das religiosas pode ser encontrada ao longo da formação social e institucional do que entendemos hoje por civilização.

Em verdade, há muitos teóricos que justificam a sociedade civilizada como sendo fruto de valores éticos preconcebidos, superiores e transcendentais ao direito posto em Carta Maior, tendo muitas vezes raízes religiosas. É o que alguns chamam de Direito Natural. Gustavo Zagrebelsky sobre o assunto escreve:

Um sistema de convivência baseado unicamente sobre os direitos inerentes dos seus membros, dirigidos como pretensões individualistas e egoístas contra o Estado, e como armas ofensivas contra concidadãos, não só não garante as suas bases de legitimação, mas também corresponde à perda de importância da força da obrigação política - verticalmente - e um enfraquecimento do vínculo de solidariedade social - na horizontal - sem o qual o próprio Estado, na sua versão democrática, não teria sobre o que apoiar a sua própria função de garantia da vida social. Avançando nas implicações desta proposição, se chega facilmente à conclusão de que o estado democrático baseado exclusivamente nos direitos e na liberdade, sem a capacidade de apelar para princípios éticos transcendentais comuns e esperar de seus cidadãos, em nome desses princípios, limites, moderação e renúncias, está destinado à catástrofe ou a tornar-se algo diferente, talvez mantendo a (des)nuda fachada das

instituições democráticas em aparência, mas (já) não em substância. (ZAGREBELSKY, 2010: 18-19, tradução nossa)<sup>1</sup>

Define ainda Ivan Aparecido Manoel:

A religiosidade, na sua condição de característica exclusivamente humana, revela um atributo humano de busca do sagrado, sem especificar o que seja esse sagrado, tanto como fuga, quanto como explicação para o real vivido, ou ainda mesmo para negociações e entendimentos com a ou as divindades na procura de resoluções de problemas cotidianos. Esse atributo humano não está referido a nenhuma religião específica, e é um domínio mais pertinente aos antropólogos e psicanalistas do que ao historiador. (MANOEL, 2007. p. 107)

E ainda sobre os aspectos primitivos da Religião, informa Allan Menzies:

Agora o que é verdadeiro da civilização em geral, será também verdade da religião, que é um dos seus principais elementos. Se cada país já foi habitada por selvagens, então a religião original de cada país deve ter sido uma religião de selvagens; e na religião mais tarde haverá características que foram desenvolvidas a partir de uma anterior. Isso, de fato, devemos, em qualquer caso esperar encontrar. Nenhuma nova religião pode entrar em sua carreira em um solo despreparado, em que não nenhum deus foi adorado antes.<sup>2</sup>(MENZIES, 1914. p. 16, tradução nossa)

Vê-se assim que a Religião, entendida esta de uma maneira geral, sempre esteve presente na sociedade, nas comunidades, tribos, cidades e nações, ainda que de forma primitiva, ou sem deuses, influenciando a formação das uniões sociais. Até hoje é facilmente detectável a influência das religiões no mundo político-social.

O próprio materialismo, com seus fundamentos, dúvidas e discussões desde os filósofos gregos, não faria sentido, não teria lugar, se a espiritualidade não

---

1 *Un sistema de convivencia basado exclusivamente en los derechos inmanentes de sus miembros, dirigidos como pretensiones individualistas y egoístas frente al Estado, y como armas ofensivas frente a los conciudadanos, no sólo no garantiza sus bases de legitimación sino que las corresponde a la pérdida de importancia de la fuerza de la obligación política - verticalmente - y al debilitamiento del vínculo de solidaridad social - horizontalmente - sin la cual el propio Estado, en su versión democrática, no tendría sobre qué apoyar su propia función de garantía de la vida social. Avanzando en las consecuencias de esta proposición, se llega fácilmente a la conclusión de que el Estado democrático basado exclusivamente en los derechos y la libertad, carente de la capacidad de apelar a principios éticos trascendentales comunes y de pretender de sus ciudadanos, en nombre de esos principios, límites, moderación y renuncias, está destinado a la catástrofe o a transformarse en algo diferente, quizá conservando la (des-)nuda fachada de las instituciones democráticas en apariencia, pero (ya) no en la sustancia.*

2 *Now what is true of civilisation generally will be true also of religion, which is one of its principal elements. If every country was once inhabited by savages, then the original religion of every country must have been a religion of savages; and in the later religion there will be features which have been carried on from the earlier one. This, indeed, we must in any case expect to find. No new religion can enter on its career on a soil quite unprepared, on which no gods have been worshipped before.*

fosse algo natural, inerente ao homem.

Também é preciso notar que não são as instituições políticas que convergem com a religião, por decisão puramente da liderança de uma sociedade, mas antes os indivíduos, que são o fundamento de qualquer união social, são aqueles que detêm o vínculo com uma religião.

A influência da religião, embora muitas vezes na história imposta de cima para baixo (o que é uma aberração), ocorre de forma natural, dos indivíduos para as instituições. Afinal, a religião faz parte da identidade destes indivíduos.

Inclusive comumente se confundem institutos religiosos e políticos, embora quanto mais se avança na história, a evolução da organização humana passa a separar cada vez mais Estado e Religião. Nas religiões tribais, por exemplo, a distinção é praticamente inexistente, enquanto que na idade média você tem uma influência, mas não confusão de institutos, e à medida que há a mescla de culturas em uma sociedade os institutos vão se separando. Nesse sentido:

No caso dos povos tribais, existe pouca, ou até mesmo inexistente, divisão funcional especificamente religiosa. A tribo constitui uma estrutura social, política e religiosa, e com frequência o próprio chefe é o sacerdote. Contudo, há sociedades sagradas das quais só podem participar pessoas selecionadas — em geral homens.

No Egito antigo, na Grécia clássica e na Noruega dos vikings, a relação era simples: a religião era parte de uma cultura comum. Situação semelhante se vivia na Europa medieval, quando a Igreja católica tinha poder absoluto, ou então, nos dias de hoje, em certos países muçulmanos, onde todo o poder religioso e político pertence a um líder nacional (por exemplo, o rei do Marrocos).

Nos lugares onde várias convicções religiosas devem conviver lado a lado, a questão da organização se torna mais complicada. Quando se funda uma nova religião, rompendo com as tradições locais de culto, forma-se uma nova congregação que estará em minoria, pelo menos no início. Foi essa a situação dos seguidores do Buda, de Maomé e de Jesus, e através da história tem sido o destino de todos os grupos que se libertaram das grandes religiões e criaram suas próprias igrejas ou seitas. (GAARDER, Jostein; HELLERN, Vicotr; NOTAKER, Henry. p. 33)

É preciso destacar que não necessariamente existirá a figura de um Deus, mas sim uma espiritualidade, uma busca pelo sagrado, pelo transcendente. O Budismo, por exemplo, nasce de uma noção de se auto elevar, uma espiritualidade independente de um ou mais deuses.

É evidente que analisar toda a história da Religião no mundo seria análise



demasiada complexa para constar em Trabalho de Conclusão de Graduação, sendo tema próprio de livros inteiros. Assim, cabe delimitar o objeto de estudo para tão somente apresentar alguns fundamentos no relacionamento entre o Estado e a Religião, relacionamento este sempre muito evidente, até o início do secularismo.

Pois bem, inicie-se na Grécia antiga, o berço da civilização ocidental.

A história da Grécia, e conseqüentemente a história da Europa, começa com pequenas vilas, que tinham a liberdade de se desenvolver, e se desenvolveram em cidades com culturas e costumes distintos.

Mesmo tendo essas vilas grandes discordâncias e rivalidades, elas eram ligadas por vínculos muito fortes e evidentes, o que permitiu a formação da nação grega. Muito desse vínculo é fruto da convergência e posterior compartilhamento da religião. Sobre essas vilas disserta Allan Menzies:

Eles tinham uma disposição inata para o que é razoável. Que eles tinham uma inclinação profunda para o que é harmonioso e belo é provado por sua primeira grande obra de arte, a sua linguagem. De que a linguagem havia vários dialetos nos primeiros tempos; sendo os principais o amplo dórico da península e das colônias, e o Ionic mais suave do qual a linguagem clássica é um ramo. Mas os gregos de todos os dialetos poderiam entender um ao outro, e consideravam como bárbaros aqueles sem que falavam outras línguas. Assim, desde o começo este povo foi muito dividido, mas também foi realizada em conjunto por ligações fortes. <sup>3</sup>(MENZIES, 1914. p. 120, tradução nossa)

Nesse cenário, a religião foi formando a identidade do povo grego, que adoravam o mesmo panteão, liderado sempre por Zeus, Senhor do paraíso, mas cada cidade tinha mais ou menos afinidade com uns ou outros deuses, de cujas características eram mais próximas sua cultura e políticas.

Há deuses relacionados com cada atividade das pessoas. Artemis é a deusa da caça, Afrodite da vida pacífica da natureza e de jardins, e também do amor. Poseidon, o deus do mar, também era adorado na terra, e talvez tenha sido originalmente um deus dos cavalos e bois; Hefesto era o deus dos trabalhadores em metal, Ares, deus da batalha. Estes são, em sua origem o que são chamados deuses funcionais, isto é, deuses que estão presentes na função com a qual eles estão associados, e do qual

---

3 *They had an inborn disposition to what is reasonable. That they had a deep-seated inclination to what is harmonious and beautiful is proved by their first great work of art, their language. Of that language there were several dialects in the earliest times; the principal ones being the broad Doric of the peninsula and the colonies, and the softer Ionic of which the classical language is a branch. But the Greeks of all dialects could understand each other, and regarded as barbarians those without who spoke other tongues. Thus from the first this people was much divided, but was also held together by strong bonds.*

constituam o lado ideal ou sagrado, e que não têm existência fora dele.<sup>4</sup>  
(MENZIES, 1914. p. 120, tradução nossa)

Vê-se que as principais atividades da sociedade têm ligação íntima com a religião grega, pelo que se estabelece uma relação muito orgânica entre o social, o político e o religioso. É natural que, ao se tratar de guerra, se trate de Ares; ao se tratar de caça, se trate de Artemis, e assim por diante. Não havia sociedade, sem religião.

Tanta é essa sinergia que os moldes da religião sofreram influência após as invasões, invasões essas motivadas por razões políticas e também religiosas, estando o mundo grego enfim em contato com novos deuses, novas culturas, e novos políticos. Ainda assim, mesmo após as invasões e o domínio político, ocorrem mudanças estruturais na sociedade grega.

A verdade é que passam a existir novos moldes, uma nova sociedade a partir dessas invasões, por conta de um choque de cultura que não poderia ser desfeito. A maior invasão sofrida pelo povo grego, foi a de ideias. Disserta Allan Menzies sobre essa situação pós-invasões:

Talvez a coisa mais importante a notar, neste contexto, é que o novo tipo de sociedade em cortes reais pode ter fornecido um modelo para o arranjo da família celestial, quando esse regime passou a ser feito. A influência oriental chegou a um fim eventualmente, e sendo removida a pressão, as monarquias desmoronaram, os tribunais de adoração foram interrompidos, e a Grécia foi deixada livre, após esse despertar para a vida mais completa, para perseguir seus próprios pensamentos em sua própria moda.<sup>5</sup>  
(MENZIES, 1914. p.123, tradução nossa)

Ou seja, questões políticas moldaram, nesse período de invasões, a religião grega, e esta, por sua vez, influenciou a população grega, o que logicamente influenciou a política subsequente. É uma relação cíclica.

---

4 *There are gods connected with each activity of the people. Artemis is goddess of hunting, Aphrodite of the peaceful life of nature and of gardens, and also of love. Poseidon, the sea-god, was also worshipped inland, and was perhaps originally a god of horses and oxen; Hephaestus was the god of workers in metal, Ares the god of battle. These are in their origin what are called functional deities, that is to say, gods who are present in the function with which they are associated, and of which they constitute the ideal or sacred side, and who have no existence apart from it.*

5 *Perhaps the most important thing to notice in this connection is that the new type of society at the royal courts may have furnished a model for the arrangement of the heavenly family when that arrangement came to be made. The Eastern influence came to an end in time, and the pressure being removed, the monarchies crumbled away, the court worships were discontinued, and Greece was left free, after this awaking to fuller life, to pursue her own thoughts in her own fashion.*

Há ainda na história grega os primeiros indícios de uma nova perspectiva, tão importante, tão significativa, que mais tarde viria a ser conhecida como uma das doutrinas mais importantes da Filosofia: o racionalismo.

Através desse início de racionalismo tem-se uma nova perspectiva, que até hoje influencia tudo na sociedade ocidental, desde as ciências até as políticas, passando pelos costumes. E mais, o questionamento da ordem religiosa foi muito evidente no racionalismo, e estende suas raízes até o ateísmo e o próprio Estado Laico.

E em primeiro lugar, observamos a ascensão do *racionalismo*, ou seja, do impulso para criticar a crença e para pedir pelo elemento pelo qual [a crença] se aprova na mente reflexiva. Razão afirma que é correto julgar a tradição; o cético sugere emendas na lenda; o piamente inclinado volta sua atenção para apenas as partes que são passíveis de tratamento elevado. Esta tendência é fatal para o politeísmo. Na medida em que razão não conhece deuses, mas apenas Deus, os deuses só podem manter o seu lugar na condição de que eles sejam o que Deus deve ser, e assim todos eles tendem a se tornarem parecidos em seu caráter; a atenção está voltada sobretudo para Zeus, o deus supremo, e quando os outros são adorados, é como seus profetas ou delegados. [...] A partir disto eles são levados a assumir as questões da teodiceia<sup>6</sup> ou dos princípios do governo divino. [...] Por que é Prometheus, embora o mais nobre benfeitor da raça humana, condenado a passar por tanto sofrimento? Por que uma maldição se apegue a uma determinada casa, mal produzindo mal de geração em geração? Qual é a relação entre as leis divinas que estão escritas nos corações de todos os homens, e as leis humanas que, por vezes, contradizem estas mais antigas? Assim, para os educados gregos do século V a velha religião em sua essência faleceu. <sup>7</sup>(MENZIES, 1917: 128, 129. tradução nossa)

Em paralelo à análise da Grécia antiga, é importante notar também, como igualmente primordial para o entendimento da civilização moderna, a civilização

6 Teodiceia . te.o.di.ceia . sf (teo+gr diké) 1. Parte da filosofia aristotélico-tomista que se ocupa da santidade de Deus em relação ao mal moral, sua bondade relativamente ao mal físico e sua justiça que harmoniza o bem e a virtude. (WEISZFLOG, 2012), disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=teodiceia>, acessado dia 22/08/2015)

7 And firstly we notice the rise of rationalism , that is of the impulse to criticise belief and to ask for that element in it which approves itself to the reflecting mind. Reason asserts its right to judge of tradition; the doubter suggests emendations in the legend; the piously inclined turn their attention to those parts only which are capable of lofty treatment. This tendency is fatal to polytheism. As reason knows not gods but only God, the gods can only hold their place on condition that they are what God must be, and so they all tend to become alike in their character; attention is turned most of all to Zeus, the highest god, and when others are worshipped, it is as his prophets or delegates. [...]From this they are led to take up the questions of theodicy or of the principles of the divine government.[...]Why is Prometheus, though the noblest benefactor of the human race, doomed to undergo such sufferings? Why does a curse cleave to a certain house, evil producing evil from generation to generation? What is the relation between the divine laws which are written in the hearts of all men, and human laws which sometimes contradict these older ones? Thus to the educated Greeks of the fifth century the old religion had in its essence passed away.

Romana. Aliás, não é segredo em nenhuma cadeira, de nenhum curso superior de Direito, a importância e fundamentalidade do Direito Romano no Direito de todo o mundo ocidental.

As religiões Romana e Grega eram voltadas para praticamente o mesmo panteão, com outros nomes, o que significa que os adoradores de um deus Romano se identificavam bastante com os adoradores do deus equivalente grego. De fato os romanos foram, em muito, influenciados pela cultura e religião grega. (MENZIES, 1917: 134)

Em sua primitividade a religião romana já se processava de modo muito parecido com a religião grega, dando divindade às atividades e bases da sociedade, inexistindo a vida diária sem religião. Na verdade, a própria atividade política era indissociável da atividade religiosa, sendo o rei a mesma pessoa de aproximação máxima do divino.

O sacerdote nos primeiros tempos era, na religião doméstica, o *paterfamilias*, da tribo, que era apenas uma família estendida, a cabeça da família líder, e na cidade, que foi constituída seguindo o mesmo modelo, o rei. A religião era a parte principal do serviço do Estado; o rei, como tal, tinha que oferecer sacrifício, para fazer com que os deuses fossem consultados, para processar e julgar e punir aqueles que violaram as leis e ficou sob a ira dos deuses.<sup>8</sup>(MENZIES, 1917: 135, tradução nossa)

Essa aproximação do rei com o divino foi observada por séculos em toda a Europa, com ideias que separavam o monarca do exercício religioso acontecendo desde a Roma e se concretizando em períodos e épocas diferentes nos países europeus.

Ao contrário do que ocorreu com a situação grega, as mudanças e influências não foram fruto de invasão externa por motivos políticos externos, mas por uma política interna: a tolerância a outras fés. Os romanos foram muito influenciados por imigrantes por sempre serem tolerantes com a crença alheia, aceitando inclusive que os deuses de outras nações eram divindades com as quais era interessante se manter bem. Inclusive a influência grega, que foi basilar na

---

8 *The priest in the earliest times was, in the domestic religion, the paterfamilias, in that of the tribe, which was but an extended household, the head of the leading family, and in the city, which was constituted after the same model, the king. Religion was the principal part of the service of the state; the king as such had to offer sacrifice, to cause the gods to be consulted, to prosecute and judge and punish those who had violated the laws and came under the anger of the gods.*

religião romana, aconteceu dessa forma, lentamente, e pelo exercício da liberdade. (MENZIES, 1917: 136-137) Inclusive em suas invasões o Império Romano não suprimia a cultura e religião dos conquistados, mas antes respeitava essa essencial liberdade, o que possibilitou sua permanência pacífica onde quer que estivesse.

E foi no Império Romano que surgiu a revolução religiosa mais importante, mais significativa na história de toda a sociedade ocidental. Aquela que moldou toda a sociedade ocidental, em cujos fundamentos foi construída a base da civilização moderna, esteve presente nas maiores conquistas e nas maiores controvérsias da história, tamanha sua influência. Obviamente se trata aqui do Cristianismo.

Desde as cruzadas até a conquista do Novo Mundo é possível ver os braços sempre presentes da Igreja. Desde a caça às bruxas até a escravidão (escravidão esta não só dos africanos, mas desde a Grécia antiga) tem-se motivação política fundamentada com preceitos religiosos. Para o bem ou para o mal, não se pode negar a influência da Religião e do Cristianismo na história da humanidade.

Em verdade, se por um lado grandes atrocidades foram cometidas em nome de Deus, muito da civilização moderna ocidental é devido à Igreja Católica, apesar do preconceito típico ao se tratar das questões históricas da “Era das Trevas”. Thomas Woods Jr. acredita no seguinte:

Que a civilização ocidental está em dívida para com a Igreja pelo sistema universitário, trabalho de caridade, o direito internacional, ciência, princípios jurídicos importantes, e muito mais, não exatamente impressionou-os com incrível zelo. A civilização ocidental deve muito mais à Igreja Católica do que a maioria das pessoas – católicos, inclusive – muitas vezes percebe. A Igreja, de fato, construiu a civilização ocidental.

A civilização ocidental não deriva inteiramente do catolicismo, é claro; dificilmente se pode negar a importância da Grécia e Roma antigas ou das várias tribos germânicas que sucederam o Império Romano no Ocidente como influências formativas sobre a nossa civilização. A Igreja não repudiou nenhuma dessas tradições, e de fato absorveu e aprendeu com o melhor deles. O que é surpreendente, porém, é como na cultura popular a contribuição substancial e essencial católica passou relativamente despercebida.<sup>9</sup> (WOODS Jr., 2012: 1-2, tradução nossa)

9 *That Western civilization stands indebted to the Church for the university system, charitable work, international law, the sciences, important legal principles, and much else besides has not exactly been impressed upon them with terrific zeal. Western civilization owes far more to the Catholic Church than most people-Catholics included-often realize. The Church, in fact, built Western civilization.*

Outro fato que evidencia a influência da Religião na sociedade, até hoje, é o alcance da Bíblia Sagrada. Trata-se do livro mais replicado no mundo, com um número de cópias quase 4 vezes maior que o segundo colocado.<sup>10</sup> É evidente como isso tudo afeta o principal objeto do estudo de uma sociedade: as pessoas e suas ideias.

Cristianismo é uma religião de liberdade, é um sistema de inspiração interior mais do que direito ou sistema externo, está incorporado na pessoa viva do seu criador, no qual somente ele pode ser verdadeiramente visto; e o fundador é alguém que está vivendo Ele mesmo na relação com Deus para a qual ele chama os homens para vir, e se sente Ele mesmo chamado e enviado para ser o Salvador dos homens.<sup>11</sup> (MENZIES, 1917: 177)

A ideia religiosa do Cristianismo abalou os fundamentos de todas as religiões, na medida em que dispensava tradições religiosas, rituais, liturgias, para que o homem se conectasse com Deus, mas antes pregava um relacionamento simples e direto com o Pai através do último e suficiente sacrifício, que era Jesus Cristo. Isso conseqüentemente diminuía, e muito, o poder constituído da religião oficial, seja ela qual fosse. Afinal, com a morte de Jesus Cristo, o véu do templo se rasgou, conforme escrito no livro do Evangelho segundo Mateus, capítulo 27, versículo 51<sup>12</sup>. “O grande Deus busca ter cada um vivendo com Ele como suas crianças; e a religião não é mais, nada menos, do que esta comunhão.”<sup>13</sup> (MENZIES, 1917: 174, 175, tradução nossa)

Tão crucial é a relação desse fundamento com o Estado, que a tão tolerante Roma, num primeiro momento, proibiu o Cristianismo. Fato notório, os esforços para conter a nova religião foram inúteis, levando o império Romano a, no início do século IV, tolerar o Cristianismo e posteriormente reconhecê-lo oficialmente.

---

*Western civilization does not derive entirely from Catholicism, of course; one can scarcely deny the importance of ancient Greece and Rome or the various Germanic tribes that succeeded the Roman Empire in the West as formative influences on our civilization. The Church repudiated none of these traditions, and in fact absorbed and learned from the best of them. What is striking, though, is how in popular culture the substantial and essential-Catholic contribution has gone relatively unnoticed.*

10 <http://jamesvchapman.hubpages.com/hub/mostreadbooks>

11 *Christianity is a religion of freedom, it is a system of inner inspiration more than of external law or system, it is embodied in the living person of its founder, in which alone it can be truly seen; and the founder is one who is living himself in the relation to God to which he calls men to come, and feels himself called and sent to be the Saviour of men.*

12 *“E eis que o véu do templo se rasgou em dois, de alto a baixo; e tremeu a terra, e fenderam-se as pedras.” (Versão Almeida Revista e Corrigida da Bíblia Sagrada)*

13 *The great God seeks to have every one living with him as his child; and religion is no more, no less, than this communion.*

Uma religião que, como nenhuma outra, nasceu de baixo para cima, e a partir dos indivíduos, e a força irresistível da convicção dos cidadãos, influenciou a política e mudou os rumos de nações.

Mais tarde o Cristianismo se tornou um fator de coesão para a Europa. Ainda que cada país tivesse a sua religião, com seus modos e liturgias específicas, o Cristianismo unia os países, o que lembra em alguns aspectos a coesão religiosa-social que existia na Grécia antiga. Comenta Allan Menzies:

Em outros países o ritual e os elementos intelectuais da religião são misturados em proporções variáveis; e o antigo paganismo de cada terra também será traçado em muito como uma observância e crença popular. Tão grande é a variedade das religiões da Europa, para não mencionar os negros ou os *Shakers of America*, que muitos duvidaram se elas devem ser todas consideradas como ramos de uma só fé, ou se não seria mais apropriado considerá-las como muitas religiões nacionais que se conectaram em iguais proporções com o Cristianismo. Contra isso há que se exortar em primeiro lugar, que por uma questão de história, sem dúvida, elas são todas ramos da religião de Jesus.<sup>14</sup> (MENZIES, 1917: 178, tradução nossa)

Por fim, estudada a base da civilização moderna já é possível aferir que a Religião foi fundamental nos rumos da história ocidental. Uma análise da influência do Cristianismo na política e história moderna da Europa seria pretensão demais para este trabalho, demasiadamente longa, exigiria dedicação própria e jamais caberia em um subitem de capítulo em Trabalho de Conclusão de Curso, tanto por conta da extensão, quanto por conta do objetivo deste estudo.

Alguns fatos notórios, entretanto, trazem a certeza de que a história da Europa não pode ser estudada ignorando-se a religião, como o endeusamento do Rei Luís XIV e a constante ligação entre o poder real e a representação de Deus, o poder e dimensão adquiridos pela Igreja Católica na Idade Média, as famigeradas Cruzadas e a Inquisição, a preocupação política com a aprovação papal para questões como a escravidão e a exploração de novos continentes, bem como a já citada por Thomas Woods Jr. contribuição nas mais diversas áreas do conhecimento

---

<sup>14</sup> *In other countries the ritual and the intellectual elements of religion are blended in varying proportions; and the former heathenism of each land is also to be traced in many a popular observance and belief. So great is the variety of the religions of Europe, not to mention that of the negroes or the Shakers of America, that many have doubted whether they ought all to be considered as branches of one faith, or whether they would not more fitly be regarded as so many national religions which have all alike connected themselves with Christianity. Against this there is to be urged in the first place that as a matter of history they are all undoubtedly offshoots of the religion of Jesus.*

humano.

## I.2. As Religiões no Brasil

Com a chegada dos conquistadores europeus, a América inteira tornou-se, aos poucos, uma colônia (ou conjunto de colônias) à mercê dos planos dos líderes europeus. Planos esses que envolveram exploração, habitação e evangelização. O Brasil, desde sua descoberta, permaneceu por quase quatro séculos um país oficialmente católico, catequizado pelos padres jesuítas. (PIERUCCI, 2001: 305)

Como citado anteriormente, os governos europeus dependiam da aprovação da Igreja Católica para muitas questões de relevância na história. A dominação da América foi uma delas. Através da aprovação papal foi possível a conquista de novos horizontes e a exploração de novas terras, pela justificativa do evangelismo. Sobre a situação brasileira:

Décadas antes do Descobrimento, o papado já havia concedido à Coroa portuguesa o direito de padroado sobre as igrejas instaladas nas terras conquistadas por Portugal. As conquistas portuguesas se transformavam, assim, em verdadeiras "cruzadas" destinadas à conversão compulsória de novos povos e populações. A evangelização ia junto com a dominação colonial. (PIERUCCI, 2001: 305)

Essa relação criou, desde o período colonial, uma relação de dependência da igreja para com o Estado, o que gerou uma subordinação imprópria da igreja. Uma relação problemática entre Estado e Religião, que se distingue da simbiose registrada no subitem anterior.

O Estado impunha sua orientação à Igreja, totalmente subordinada. Todas as diretrizes e instruções emanadas do Vaticano chegavam ao Brasil por meio da administração portuguesa. O monarca detinha a prerrogativa de censurar os documentos oficiais vindos de Roma, antes de serem publicados nas colônias. Era a Coroa portuguesa que regulamentava as reuniões dos sínodos diocesanos. (PIERUCCI, 2001: 306)

De fato a Igreja era um instrumento do Estado quando da conquista e dominação do que viria a ser hoje a República Federativa do Brasil. Sobre o assunto, trata Fausto Boris:

Em princípio, houve uma divisão de trabalho entre as duas instituições



[Estado e Igreja]. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Colônia(sic), dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos, como o da mão-de-obra, estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade, ou por ambas as coisas.

Nesse sentido, o papel da Igreja se tornava relevante. Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o "controle das almas" na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste "vale de lágrimas" dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extremaunção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão "campo-santo". (BORIS, 1994: 35)

Logicamente essa dominação de instituição para instituição não anulou o relacionamento natural existente entre a vida religiosa e a vida civil dos indivíduos. Como foi visto, em Roma também houve a dominação da Religião pelo Estado, sendo o Cristianismo proibido, mas isso não impediu que a religião dos indivíduos florescesse, como se espera naturalmente de uma sociedade.

Tanto que houve insurgência de padres em meio a essa dominação, julgada por muitos como imoral.

Padres seculares buscaram fugir ao peso do Estado e da própria Igreja, quando havia oportunidade, por um caminho individual. Exemplo célebre é o de alguns padres participantes da Inconfidência Mineira, que se dedicavam a grandes lavouras, a trabalhos de mineração, ao tráfico de escravos e diamantes. A presença de padres pode ser constatada praticamente em todos os movimentos de rebelião, a partir de 1789, prolongando-se após a independência do Brasil até meados do século XIX.

As razões dessa presença estão pouco estudadas. O historiador José Murilo de Carvalho, analisando a época imperial, contrastou o procedimento conservador dos magistrados com o comportamento rebelde dos padres. Sugeriu que a rebeldia destes tinha origem em sua extração social, nas dificuldades de ascensão na carreira, na atuação mais próxima à população. De qualquer forma, seria engano estender a todo o clero essa característica de rebeldia, visível mas excepcional. Na atividade do dia-a-dia, e vezes com pompa, a Igreja tratou de cumprir sua missão de converter índios e negros, e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado. (BORIS, 1994: 36)

Em 1827, já no Império brasileiro independente, o catolicismo torna-se a religião oficial do Império, com um controle ainda mais restrito da Igreja pelo Estado. Tal união de instituições durou até o final do Século XIX, com o regime republicano,

e a declaração do Estado Laico (PIERUCCI, 2001: 306), o que já indica, dada toda a análise, como o Estado Laico é bom para a Religião. Mas essa análise far-se-á em item próprio.

Após a derrubada da religião oficial, deixando o Brasil de ser um país católico, a diversidade religiosa inundou de alto a baixo as terras tupiniquins. O Brasil sempre fez “[...] de si a imagem de uma nação multicultural, etnicamente heterogênea e não raro hibridizada, por isso pluralista em matéria de religião.”(PIERUCCI, 2001: 308)

Contudo, é importante destacar que tal abertura não significou um recrudescimento do cristianismo, uma vez que a religião evangélica foi muito atuante no intuito de converter os brasileiros desde então, resultando hoje numa porcentagem de 86,8% da população que se declara católica (64,6%) ou evangélica (22,2%), as duas principais religiões cristãs.<sup>15</sup>

Isso não quer dizer que o Brasil é um país Cristão, como o foi na época do Império, oficialmente católico. Mas significa que seus cidadãos, em sua grande maioria, estão sob a influência de um conjunto de valores de origem cristã identificáveis na cultura, na educação e nas interações pessoais; dizer, contudo, que a identidade da nação brasileira é uma identidade cristã, é um discurso perigoso, que pode significar um sério atentado à liberdade, pelos motivos que explica Gustavo Zagrebelsky:

Frente aos desafios—se pensa—não podemos colocar a nossa identidade em discussão; se o fizéssemos, trairíamos a nós mesmos ou ao grupo a que pertencemos. A única possibilidade é a autodefesa, e qualquer meio é *a priori* legítimo, mesmo santo. Apelar para a identidade é o equivalente a dar um soco na mesa contra os estrangeiros que aparecem ou estão entre nós. Uma vez que «esclarecida» a nossa verdadeira identidade, o que deveria fazer quem não se reconhece por ela, ou pior ainda, que não é reconhecido pelos outros? Deveria aceitá-la a *oborto collo* para não ser menos cidadão? Ou deveria inclusive desaparecer se as características da identidade—como etnia ou «raça» — não permite a adaptação? É uma velha história.<sup>16</sup>

15 Fonte: IBGE, censo demográfico de 2010, disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf), acessado dia 30/08/2015

16 Frente a los retos - se piensa - no podemos poner en discusión nuestra identidad; si lo hiciéramos, nos traicionaríamos a nosotros mismos o al grupo al que pertenecemos. La única posibilidades la autodefesa, y cualquier medio es *a priori* legítimo, incluso santo. Apelar a la identidad equivale a dar un puñetazo encima de la mesa contra los extranjeros que aparecen o están entre nosotros.  
Una vez «aclarada» nuestra verdadera identidad, ¿qué debería hacer quien no se reconoce en

(ZAGREBELSKY, 2010: 65, tradução nossa)

O texto acima faz referência a quando um povo, ao eleger uma identidade, comete atrocidades contra aqueles que não são reconhecidos por essa identidade, ou são considerados uma ameaça a essa identidade. Qualquer meio para proteger tal identidade poderia ser visto como legítimo. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Alemanha nazista.

O interessante é que um fenômeno político, a imigração de europeus no início do século XIX (PIERUCCI, 2001: 309), foi responsável pela interferência na religião da população, o que por sua vez levou ao citado rompimento do Estado com uma religião oficial. Mais uma vez, o secular tendo reflexos no sagrado e vice-versa.

Em outras palavras, a decisão política de abrir a colonização para habitação no Brasil trouxe a Reforma Protestante para o Brasil, o que gerou conflito da população com a Religião oficial do Estado, e então culminou na ruptura do Estado com a Religião, para que fosse garantida a liberdade religiosa dos cidadãos, fenômeno que será melhor analisado em item próprio.

Isso tem a ver diretamente com o Sul(sic) do Brasil. Antes de mais nada, com os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para onde se dirigiu e onde se fixou, a partir de 1824, um expressivo contingente de imigrantes alemães. O luteranismo, o ramo original da Reforma protestante, só então chegava ao Brasil. Mas chegava para ficar. (PIERUCCI, 2001: 309)

Outro fenômeno que alterou a composição da sociedade foi o protestantismo de conversão. Se as missões católicas vieram como suporte à conquista de território e as imigrações com propósito de habitação, também para conquista do território, o protestantismo de conversão, diferentemente, veio a essas terras com propósito estritamente religioso.

Os outros ramos do protestantismo histórico hoje existentes no Brasil aqui chegaram com as missões: os presbiterianos, os metodistas, os batistas e os episcopais provenientes dos Estados Unidos – Trata-se (sic) de igrejas para cá trazidas e aqui implantadas pela palavra de pregadores e missionários enviados apenas com este fim: converter brasileiros. A dinâmica do protestantismo de conversão — o próprio nome está dizendo — é inteiramente diversa da religiosidade dos enclaves sub-culturais de imigrantes estrangeiros. Aqui prevalece desde o começo a preocupação em "nacionalizar" os seguidores e as lideranças, o que só se consegue

---

*ella, o peor todavía, quien no es reconocido por los otros? ¿Debería aceptarla la obtollo collo para no ser menos ciudadano? ¿O debería incluso desaparecer si las características de la identidad - como la etnia o la «raza» - no permiten la adaptación? És una historia antigua.*

aumentando constantemente o número de brasileiros convertidos.  
(PIERUCCI, 2001: 311)

De fato, uma nação com cidadãos cristãos, naturalmente será uma nação com cidadãos de valores cristãos, e, também naturalmente, tais valores influenciaram nas decisões do dia-a-dia, nas decisões políticas, nas decisões financeiras etc. Negar tal fato seria afirmar que o indivíduo, mesmo o homem médio, é capaz de perceber toda sua composição interior e tomar decisões baseado exclusivamente em lógica e raciocínio, como um computador.

Obviamente não é pretensão do presente trabalho afirmar que a religião é a *prima e ultima ratio* de todos os indivíduos (embora muitos ajam dessa forma), mas é evidente que a religião, ou a ausência dela, é parte importante da identidade, e conseqüentemente da tomada de decisão, do indivíduo enquanto ser político e social, junto a diversos outros fatores, como condições sociais e financeiras, educação, composição familiar, cultura, entre outros.

Sobre a composição da identidade individual disserta Gustavo Zagrebelsky:

Talvez esqueçam facilmente as contribuições de ideais que, em uma história de vários séculos, têm sido incorporadas em nossa vida colectiva; contribuições que têm tantos nomes quanto conquistas políticas, sociais e culturais: tolerância diante da fé de todos, laicidade, liberdade e sociabilidade, racionalismo, pluralismo, igualdade, direitos humanos, constitucionalismo, democracia. Na base destes valores está a pessoa enquanto tal e sua dignidade, enquanto pertencente à raça humana, independente da sua adesão a uma fé, religião, raça ou comunidade política.<sup>17</sup> (ZAGREBELSKY, 2010: 12-13, tradução nossa)

E ainda:

[...]podemos dizer que a redução da identidade à mera história é uma sedução tribal; a redução da história da Europa à história cristã, uma falsidade histórica; a redução do cristianismo à Igreja, um pecado contra o seu espírito. Que conclusões podemos tirar de tudo isso? Não basta perguntar o que temos sido, mas acima de tudo, temos de pensar sobre o que queremos ser. Demos ao cristianismo o lugar que lhe corresponde na história espiritual europeia, não como um todo, mas sim como parte de um conjunto muito mais amplo e mais complexo; reconheçamos à Igreja o pleno

---

17 Quizá se olvidan demasiado fácilmente las aportaciones de ideales que, en una historia de varios siglos, se han ido plasmando en nuestra vida colectiva; contribuciones que tienen tantos nombres como conquistas políticas, sociales y culturales: tolerancia frente a la fe de todos, laicismo, libertad y sociabilidad, racionalismo, pluralismo, igualdad, derechos humanos, constitucionalismo, democracia. En la base de estos valores está la persona en cuanto tal y su dignidad, en cuanto perteneciente al género humano, independiente de su adhesión a una fe, religion, estirpe o comunidad política.

direito de participar com os demais na definição das nossas identidades coletivas, mas em igualdade moral com todos os seus parceiros, sem que o nome cristão justifique nenhuma pretensão de incontestabilidade.<sup>18</sup> (ZAGREBELSKY, 2010: 68-69, tradução nossa)

A partir do início do século XX passaram a aportar no Brasil as igrejas evangélicas da linha pentecostal, e em 1910 e 1911, respectivamente, surgiram no país as igrejas Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus, até hoje as maiores igrejas pentecostais brasileiras. O crescimento dessa linha evangélica foi tamanho, devido ao forte caráter missionário das suas igrejas, que na década de 90 já 10% dos adultos brasileiros se apresentavam como pentecostais, sendo a porcentagem das igrejas protestantes históricas de apenas 3%. (PIERUCCI, 2001: 312-313)

Hoje os reflexos dessa composição social são perceptíveis na sociedade e na política não só subjetivamente, no citado conjunto de valores íntimos de procedência religiosa, mas também se materializam na representação política, com a eleição de candidatos com fortes ligações com igrejas, muitos deles pastores evangélicos, e não raro em razão dessas ligações.

Em razão dessa identificação dos eleitores com um representante de matrizes religiosas existe no Brasil a Frente Parlamentar Evangélica, chamada bancada evangélica, com 68 membros na Câmara dos Deputados.<sup>19</sup>

Mas sendo o Brasil um país extremamente plural, de cultura diversificada e influência de tantos países diferentes, não deixaria de ser eclético também no campo da Religião. Não falar das religiões de origem não cristã, além do espiritismo kardecista, seria um pecado mortal na análise do assunto.

Existem ainda outras religiões bastante minoritárias, mas que “[...]merecem ser citadas por sua relevância cultural: o judaísmo, o islã, o budismo, o

18 *Recapitulando los tres puntos anteriores, podemos decir que la reducción de la identidad a mera historia es una seducción tribal; la reducción de la historia europea a historia cristiana, una falsedad histórica; la reducción del cristianismo a la Iglesia, un pecado contra su espíritu. ¿Qué conclusiones podemos derivar de todo esto? No basta con preguntarse sobre lo que hemos sido, sino que, sobre todo, es necesario razonar sobre lo que queremos ser. Demos al cristianismo el lugar que le corresponde en la historia espiritual europea, no como un todo sino como parte de un conjunto mucho más vasto y complejo; renozcamos a la Iglesia el pleno derecho a participar con los demás en la definición de nuestras identidades colectivas, pero en igualdad moral con todos sus interlocutores, sin que el nombre cristiano justifique ninguna pretensión de incontestabilidad.*

19 Disponível em: <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/os-deputados>, acessado dia 30/08/2015

Hare Krishna, o xintoísmo e outros cultos vindos do Japão e da Coréia: Seicho-No-Iê, Soka Gakkai, Igreja Messiânica, Perfect Liberty, etc. (sic)”(PIERUCCI, 2001: 314)

Sobre os espíritas kardecistas, a maior influência dessa religião pode ser vista como um reflexo extremamente positivo e bem-vindo em qualquer sociedade: o trabalho de caridade. A prática da caridade, embora seja mandamento de Jesus Cristo, é especialmente observada no kardecismo, que espalha boas obras pelo país inteiro.

Acontece, porém, que o kardecismo é doutrinariamente sincrético e, sobre essa base estrutural hinduísta, ganha destaque uma inspiração tirada dos Evangelhos: a ética da caridade. Jesus Cristo é visto como a maior entidade já encarnada, e Kardec considera seu maior mandamento, o amor ao próximo, a virtude suprema. Exige-se que tanto os vivos como os mortos respeitem esse mandamento. Isso explica o conhecido interesse que demonstram os espíritas por obras assistenciais, como asilos, albergues, orfanatos, hospitais etc. (PIERUCCI, 2001: 316)

Em relação às religiões africanas e indígenas, sua maior contribuição é, sem dúvida, a cultural. Cultura essa que, por exemplo e mais especificamente a indígena, cria noções de preservação ambiental muito fortes em terras tupiniquins, o que, somado a outros fatores, nos leva a ter uma das legislações ambientais mais modernas do mundo, segundo entende José Gustavo de Oliveira Franco. (CALDAS, 2011)

Já a organização das religiões de matriz africana se deu muito recentemente, uma vez que somente com a libertação dos escravos, não somente com o fim legal da escravidão, mas a liberdade social que demorou muito mais a surgir, é que se pode conduzir, de fato, uma institucionalização da religião africana.

A organização das religiões negras no Brasil deu-se bastante recentemente. Quando, nas últimas décadas do século XIX, no período final da escravidão, os africanos trazidos em levas para o Brasil foram assentados nas cidades, eles puderam viver em maior contato uns com os outros, num processo de interação e liberdade de movimentos que antes não conheciam. A fixação urbana dos escravos forneceu as condições favoráveis à sobrevivência de algumas tradições religiosas africanas, com o aparecimento de grupos de culto organizados. (PIERUCCI, 2001: 317)

Tal fato mitiga bastante a influência dessas religiões no cenário político nacional, uma vez que não há uma frente organizada, baseada em instituições religiosas, a representar os interesses e valores que tenham ligação com essas religiões. A falta de instituições organizadas talvez seja mais relevante para a falta

de representação do que o fato de serem os indivíduos com essa crença minoria no país, o que resulta consequentemente numa minoria de valores e ideais dessas religiões na sociedade.

É importante também que esse não foi o único, e talvez também não o principal motivo pelo qual não existe uma instituição da Religião Africana. Os escravos vieram de diferentes tribos e reinos, pelo que suas religiões também são, em igual proporção, diversificadas.

As religiões afro-brasileiras formaram-se em diferentes regiões e estados do Brasil e em diferentes momentos da nossa história. Por isso, elas adotam não só diferentes formas rituais e diferentes versões mitológicas derivadas de tradições africanas diversificadas, como também adotam nome próprio diferente:

\*candomblé, na Bahia;

\*xangô, em Pernambuco e Alagoas;

\*tambor de mina, no Maranhão e no Pará;

\*batuque, no Rio Grande do Sul, e

\*macumba, depois umbanda, no Rio de Janeiro. (PIERUCCI, 2001: 317-318)

Uma diferença relevante para a compreensão da influência da Religião no Estado e na sociedade entre as religiões de matriz africana e as religiões de origem judaico-cristãs é que estas procuram adequar a vida terrena a uma moralidade divina, um conjunto de valores que inclusive embasa muitos autores que falam sobre o Direito Natural, afinal está escrito no livro de Jeremias, capítulo 31, versículo 33<sup>20</sup>, o que tem uma influência direta nas instituições seculares, enquanto aquelas não se preocupam com ordem ética alguma, mas tão somente em misticismo e ritualismo, o que é menos evidente na umbanda, por ter influências sincréticas das religiões ocidentais. Tal característica é bastante evidente no Candomblé:

Os orixás não são divindades moralistas, que exigem e recompensam quem é bom, ou condenam e castigam quem faz o mal. Diferentemente das grandes religiões mundiais surgidas da palavra e da ação extraordinária de grandes personalidades proféticas, religiões moralizadoras cuja mensagem visa a regulamentar com princípios éticos gerais e sanções morais bem definidas a conduta cotidiana dos seguidores, e diferentemente sobretudo do cristianismo, com sua noção de pecado individual e seu ideal de uma vida santificada no arrependimento sincero dos pecados, a ênfase do candomblé é ritual. E as regras de comportamento, normalmente bastante minuciosas e estritas, têm fundamento apenas ritual, não ético: usar esta ou aquela roupa, deixar de comer isto ou aquilo, e assim por diante. Por isso os estudiosos consideram o candomblé um exemplo vivo e palpável de

20 *“Mas este é o concerto que farei com a casa de Israel depois daqueles dias, diz o Senhor: porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo.” (Versão Almeida Revista e Corrigida da Bíblia Sagrada)*

religiosidade não ética, uma religião aética. (PIERUCCI, 2001: 319)

Contudo, tais religiões produzem também influência na forma de ser dos indivíduos, ainda que de forma diferente. Acredita-se, nessas religiões, que cada pessoa é ligada a um orixá, que é “dono de sua cabeça”, e cada orixá produz características distintas, as quais se tenta imitar (PIERUCCI, 2001: 319-320), pelo que o agir dessa pessoa no meio social e político vai ser determinado por sua tentativa de viver conforme a imitação do que seria a personalidade do orixá.

Todo seguidor do candomblé leva a sério os atributos do seu orixá, seu tipo mítico. Ele pode simplesmente encarar os atributos do seu orixá como se fossem os seus próprios e tentar se parecer com ele, ou estabelecer, valendo-se dessas características da divindade, bases que não apenas explicam, mas também justificam e legitimam sua conduta em casa ou na rua, no trabalho ou no lazer. Não sendo esta uma religiosidade de cunho moralista, mudar ou não o comportamento conta menos que o sentir-se identificado com o modelo divino, tanto nas suas qualidades e capacidades, como nos defeitos e fraquezas. (PIERUCCI, 2001: 320)

Por fim, é necessário falar do sincretismo religioso presente no Brasil. Com a grande miscigenação que formou o povo brasileiro, é natural que as religiões passem pelo mesmo processo, pelo que mesmo os orixás das religiões africanas têm sua representação na religião católica, algo próprio do Brasil. Tal relação é uma evidência de como as características sociais de um povo influenciam em sua religião.

O sincretismo é tão natural que, no Rio de Janeiro, surgiu uma religião propriamente brasileira, com pouca preocupação em se manter puro e fiel ao ideal africano, uma religião brasileira: a umbanda. (PIERUCCI, 2001: 324)

Nascida no Brasil, a umbanda pode ser chamada de religião brasileira primeiro por esse fato. Mas a umbanda também pode ser dita “religião brasileira” porque é a resultante de um encontro histórico único, que só se deu no Brasil: o encontro cultural de diversas crenças e tradições religiosas africanas com as formas populares de catolicismo, mais o sincretismo hindu-cristão trazido pelo espiritismo kardecista de origem européia- Eis aí a umbanda, um sincretismo religioso originalmente brasileiro. (PIERUCCI, 2001: 325)



### I.3. Estado Laico: o anjo guardião da liberdade de crença

É inegável a influência da Igreja no Estado ao longo da história, contudo surge no século XVIII a luta por um Estado separado da Religião. Isso porque as relações entre Estado e Religião trouxeram muitos problemas à vida individual no cotidiano. E mais, são problemas que cada vez ficam mais complexos, dada à diversidade que se multiplica nas sociedades.

Gustavo Zagrebelsky trata do assunto afirmando que hoje os problemas entre Estado e Igreja são de outra natureza e ultrapassam o escopo problemática da instituição religiosa e passa a interferir em questões que afetam a todos na sociedade, ainda que não associados à Religião a que se refere o problema.

Ao ponto de ter de ser separada da dimensão política e levada para a dimensão da liberdade civil, dentro do espaço de neutralidade garantido pelo Estado secular. Assim, as relações problemáticas entre o Estado e a Igreja hoje mudaram sua própria natureza e não afetam mais (apenas) questões sectoriais, como o ensino da religião nas escolas públicas, reconhecimento civil de casamentos religiosos, financiamento às autoridades e às atividades da Igreja, etc.

[...]

Hoje os problemas surgem entre indivíduos com visões gerais da vida social que podem sobrepor-se completamente, chocando-se ou sustentando-se mutuamente, conforme o caso. A Igreja quer ser não a contrapartida nas relações bilaterais que a afetam especificamente, mas sim representante de um *ethos* geral que promove sua candidatura para valer hoje em toda a sociedade em questões como, por exemplo, o divórcio, o aborto, a investigação científica e seus limites, as formas de convivência das pessoas ou o conceito de vida em momentos terminais.<sup>21</sup> (ZAGREBELSKY, 2010: 21, tradução nossa)

Então se vê que retirar poder da Igreja, poder coercitivo, sobre a vida das pessoas, é medida que se impõe, e cuja necessidade fica cada vez mais evidente.

---

21 *Hasta el punto de haber tenido que ser separadas de la dimensión política y conducidas a la dimensión de la libertad civil, dentro del espacio de neutralidad garantizado por el Estado no confesional. De este modo, las problemáticas relaciones entre el Estado y la Iglesia han cambiado hoy de naturaleza y ya no afectan (sólo) a problemas sectoriales, como la enseñanza de la religión en la escuelas públicas, el reconocimiento civil de los matrimonios religiosos, la financiación de los entes y las actividades eclesíásticas, etc.*

*Hoy los problemas se plantean entre sujetos portadores de visiones generales de la vida social que pueden superponerse completamente, chocando o sosteniéndose mutuamente, según el caso. La Iglesia quiere ser no la contraparte en relaciones bilaterales que la afectan específicamente sino representante de un ethos general que promueve su candidatura para valer hoy en toda la sociedad en cuestiones tales como, por ejemplo, el divorcio, el aborto, la investigación científica y sus límites, las formas de convivencia de las personas o la concepción de la vida en sus momentos terminales.*

De fato é necessário para a manutenção da democracia, que tomou força em todo o mundo a partir do século XIX até os dias atuais, que a Igreja não tenha esse poder sobre o mundo dos homens (ZAGREBELSKY, 2010: 14).

Na verdade esse poder político por parte da Igreja deve ser evitado não somente em prol do mundo dos homens e da democracia, mas também em prol do Espírito do Cristianismo e da pureza da Religião, seja ela qual for. Afinal, essa tentação, a tentação do poder, foi uma das tentações usadas por Satanás contra Jesus Cristo, no deserto, a qual foi prontamente rejeitada<sup>22</sup> (ZAGREBELSKY, 2010: 14 ). “Em maior distância as religiões podem desenvolver sua doutrina de forma mais pura, formular suas próprias regras e as aplicar.” (BRUGGER, 2010: 6)

Dessa forma, é imperioso para a boa prática da liberdade de crença que se defenda o Estado Laico, tanto para fins políticos, quanto para fins religiosos.

O interessante é que o Estado Laico surge justamente para defender esse princípio, a liberdade de crença. Fato é que os Estados antes da instituição do Estado Laico, obviamente, tinham cunho religioso, Religião oficial, e a liberdade de culto restava prejudicada, situação que se tornava um problema quanto mais globalizado o mundo se tornava.

Na verdade a relação entre Estado e Religião era bastante prejudicial às Igrejas oficiais também. Não era uma relação boa pra nenhum religioso, senão para os detentores do poder político. Sobre essa tensa relação disserta Jorge Miranda:

No regime de união prevaleceu historicamente a tendência para o regalismo, resquício ou continuador do cesaropapismo. Com formas ora mais moderadas, ora mais acentuadas, traduzia-se na intervenção dos Estados na vida interna das Igrejas, em especial na designação dos bispos e no provimento dos ofícios eclesiásticos. A pretexto de proteção da religião, redundava em maior ou menor dependência das autoridades religiosas. As monarquias absolutas dos séculos XVI e XVIII, protestantes ou católicas, foram regalistas. E, não muito atenuado, foram no outrossim as monarquias constitucionais do século XIX, as quais, só tardiamente, iriam admitir o princípio da liberdade de religião (MIRANDA, 2014: 5-6)

Tanto que o Concílio Vaticano II, em 1961, “reconheceu autonomia e responsabilidade aos laicos católicos que operam nas esferas social e política,

22 O Evangelho segundo Mateus, Capítulo 4: “Novamente, o transportou o diabo a um monte muito alto; e mostrou-lhe todos os reinos do mundo e a glória deles. <sup>9</sup>E disse-lhe: Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares. <sup>10</sup>Então, disse-lhe Jesus: Vai-te, Satanás, porque está escrito: Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a ele servirás.” (Versão Almeida Revista e Corrigida da Bíblia Sagrada)

proibindo-os de invocar a autoridade da Igreja como força justificativa de suas próprias ações”<sup>23</sup> (ZAGREBELSKY, 2010: 28, tradução nossa)

O regime de separação entre as duas entidades tem em suas origens claramente o desejo dos religiosos de se verem livres da coercitividade estatal.

Surge legalmente nos Estados Unidos da América, não por conta de uma aversão à Religião, mas em busca, na verdade, da liberdade religiosa, um regime de Estado Laico como garantia constitucional, ou o Estado Secular, conforme traz Jorge Miranda:

Foi nos Estados Unidos – país criado por fiéis de diversos cultos, fugidos da Europa para os poderem livremente celebrar – que este regime surgiu. O 1º Aditamento à Constituição, de 1791, expressamente proíbe o estabelecimento de uma religião do Estado. No Brasil, cem anos mais tarde, a Constituição de 1891 vedaria aos Estados e à União estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de qualquer culto (art. 10º). Na França e em Portugal, a separação seria decretada em 1905 e em 1911, respetivamente, mas em termos conflituais. (MIRANDA, 2014: 6)

Referida emenda, ou aditamento como chama o autor, é a seguir transcrita:

Emenda I – O Congresso não fará nenhuma lei que a respeito de estabelecimento de religião, ou proibindo o seu livre exercício; ou cerceando a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de peticionar ao Governo para reparação de injustiças.<sup>24</sup>

Nos diz muito o fato de um país formado por pessoas e valores religiosos ser o primeiro a instituir a liberdade de crença, proibindo o Estado de estabelecer religião, ou em outras palavras, institucionalizando a laicidade do Estado.

Intimamente ligada ao anseio pelo Estado Laico está a Reforma Protestante. Os protestantes tiveram grande influência sobre o surgimento deste, pois foram muito perseguidos em suas tentativas de Reforma do Cristianismo. Nas palavras de Wallace Tesch Sabaini:

Apesar da existência de precursores, referido movimento teve como ponto

23 [...]ha reconocido autonomía y responsabilidad a los laicos católicos que operan en las esferas social y política, prohibiéndoles invocar la autoridad de la Iglesia católica con fuerza justificativa de sus propias acciones.

24 “Amendment I - Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.” disponível em: [http://www.archives.gov/exhibits/charters/bill\\_of\\_rights\\_transcript.html](http://www.archives.gov/exhibits/charters/bill_of_rights_transcript.html), acesso em: 07/09/2015

de referência o ano de 1517, quando o monge alemão Martinho Lutero (1483-1546), insatisfeito com os rumos que a Igreja Católica Romana estava tomando, afixou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg 95 teses questionando diversas posturas do catolicismo medieval.

O movimento se alastrou rapidamente, e poucos anos após o início da dissidência causada por Lutero na Alemanha, apareceu na região de língua alemã da vizinha Suíça, na cidade de Zurique, um segundo movimento de reforma protestante, cujo principal expoente foi João Calvino (1509-1564) que, por pretender reformar a Igreja de maneira mais profunda do que o movimento iniciado por Lutero, passou a ser chamado de movimento reformador, e seus seguidores de protestantes. Dessa forma, as igrejas oriundas desse movimento se auto-denominaram igrejas reformadas.

A história nos mostra que as consequências imediatas da Reforma Protestante foram um recrudescimento da intolerância religiosa e o aumento de perseguições por parte da Igreja Católica Romana, resultando em morte de milhares de pessoas, num movimento denominado de “Contra-reforma”, onde a Inquisição foi um dos meios utilizados para levar pessoas a morrerem na fogueira, pelo simples fato de discordarem das posturas adotadas pela Igreja Romana.

[...]

Como se pode observar, a Reforma Protestante foi responsável pelas primeiras reivindicações consistentes ao direito à liberdade religiosa, direito esse que ainda demorou a ser implementado, pois naquela época ainda não existiam as bases do Estado Moderno e do Direito Constitucional, sendo que ainda prevalecia o Estado absolutista. (SABAINI, 2008: 35-36)

Dessa forma, tem-se que instituir o Estado Laico não significa rechaçar a Religião e ignorar sua existência na sociedade, muito pelo contrário. Instituir o Estado Laico significa justamente valorizar a existência da religiosidade e respeitá-la, permitindo o exercício religioso, bem como a ausência de crença e sua manifestação. Nas palavras de Jorge Miranda:

Mas separação não determina necessariamente desconhecimento da realidade social e cultural religiosa, nem relegar as confissões religiosas para a esfera privada. A existência das confissões e das suas atividades não pode ser ignorada ou secundarizada e nada impede mesmo que se firmem laços de cooperação delas com o Estado em diversos domínios. (MIRANDA, 2014: 6)

Pensar de outra forma, afirmando que o Estado Laico significa sim aversão à Religião, na verdade, é afirmar o Estado Ateu, que em pouco difere do Estado Cristão, ou do Estado Islâmico. Não é um Estado Laico aquele que tem aversão às ideias religiosas que compõem a pluralidade dos membros da sociedade. Ives Gandra Martins delimita logo no início de seu artigo:

O Estado Laico, longe de ser um Estado Ateu — que nega a existência de Deus — protege a liberdade de consciência e de crença de seus cidadãos, permitindo a coexistência de vários credos. Aliás, é princípio fundamental do cristianismo e muito precioso aos católicos, que compreendem a parcela maior dos brasileiros, o profundo respeito à liberdade religiosa de cada um,

como bem se afirma na declaração "Dignitatis Humanae", do Concílio Vaticano II. (MARTINS, 2007)

Ou seja, a diferença crucial desses dois modelos de Estado é justamente a proteção da Religião no Estado Laico, e o combate a ela no Estado Ateu, típico de regimes autoritários. Sobre o assunto, assevera Jorge Miranda:

Oposição absoluta à religião constitui fenómeno recente, ligado aos totalitarismos modernos: os marxista-leninistas e o nacional-socialista. Como o Estado pretende ser total e conforma ou visa conformar toda a sociedade, destituída de autonomia, pela sua ideologia, a religião deixa de ter espaço e ou se submete ou tem de se reduzir à clandestinidade. (MIRANDA, 2014: 7)

Assim, é preciso que, no Estado Laico, as Religiões sejam percebidas e valorizadas, sendo a liberdade de crença, e manifestação dessa crença, preceito fundamental de um Estado secular saudável. Rechaçar os valores e princípios de origem religiosa do indivíduo não encontra fundamento no histórico e formação do Estado Laico, mas apenas em projetos de poder totalitários onde o ideal de líder supremo deve ser propagado acima de qualquer crença pessoal. Afinal, é preciso amar o soberano acima de todas as coisas, e de todos os deuses.

Assim, é necessário, para entender melhor a questão, que se analisem alguns modelos de relacionamento entre Estado e Religião, relacionamento esse deveras complicado, que vai do amor ao ódio, passando pela estabilidade do Estado Laico, anjo guardião da liberdade de crença.

Winfried Brugger faz uma análise desse relacionamento do Estado dissociado da Igreja, excluindo da análise os modelos onde impera ainda um Estado Religioso e uma Igreja Estatal, colacionando três modelos: separação, igualdade e aproximação.

## CAPÍTULO II – MODELOS DE RELACIONAMENTO ENTRE ESTADO LAICO E RELIGIÃO

### II.1. Separação

Winfried Brugger trata esse modelo como sendo um modelo de grande distância e separação estrita entre Estado e Religião.

Começa a exposição afirmando que tal modelo é uma vantagem imediata, principalmente, para as religiões minoritárias, que podem ser combatidas pelo poder político ou pela religião principal se não há uma separação muito clara e latente entre as duas instituições, Estado e Igreja. Em suas palavras:

Tal regime é uma vantagem, a princípio, para todas as religiões, mas faticamente ganham, primeiramente, as religiões minoritárias, para o caso de não serem bem vistas, até mesmo desprezadas ou combatidas pelos poderes dominantes na política ou também por religiões *mainstream*, o que vale, na Alemanha, para as chamadas 'seitas'. Mas no modelo de distanciamento é difícil proibir ou regulamentar de fora. (BRUGGER, 2010: 6)

É muito perceptível a vantagem imediata desse modelo em relação ao Estado confessional para as religiões de uma maneira geral, eis que estas ficam finalmente livres da coerção estatal. Tanto as religiões minoritárias, quanto a religião majoritária, conforme visto no Capítulo I.

Contudo, conforme exposto anteriormente, a Religião é parte da essência de um indivíduo. Não se pode falar no cidadão sem necessariamente entendê-lo como um ser único e complexo, com a mente formada por diversas experiências, ideologias, e geralmente uma religião ou a ausência desta. É imperioso que o Estado reconheça no cidadão sua identificação ideológica e religiosa, e permita que estas sejam expressas para que se garanta o Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, o modelo de separação encontra um problema perigoso na medida em que cria certa apatia, insensibilidade, até mesmo desprezo pelas causas religiosas.

No modelo da distância qualquer religião é igual para o Estado, tem igual validade, mas é também indiferente. Tanto faz se a comunidade religiosa é grande ou pequena, rica ou pobre, comporta-se ponderada ou radicalmente, condiz com os valores constitucionais ou os recusa, o Estado não se ocupa

disso, a princípio. (BRUGGER, 2010: 6)

Claro que isso não significa abster-se de preservar a paz geral e a proteção da vida, como bem pontua o professor. Quando dada religião significa a perturbação da ordem e da lei, é imperioso que o Estado interfira. Esse é um limite que as religiões devem respeitar no exercício da liberdade de exercício religioso proporcionada pelo Estado Laico.

Da mesma forma, é preciso relativizar os princípios desse modelo de separação sempre que necessário interferir também em âmbito não somente de relações externas, como no caso de uma comunidade islâmico sendo violenta com uma comunidade cristã, ou vice-versa. É preciso também ater-se a desvios de comportamento combatidos pela lei do país na relação entre a Igreja e os seus membros, para que estes sejam protegidos de abusos praticados por aquela, quando constatadas transgressões legais, considerando-se reprovável a coerção psíquica. (BRUGGER, 2010: 7)

Agora se é possível a intervenção estatal para limitar a atuação da Igreja frente ao indivíduo, diante da reprovação da suposta coerção psíquica exercida pela igreja, é preciso questionar se tal fato não configura atuação tirânica. Impõe-se limitação ao exercício de direitos no âmbito privado (afinal, uma comunidade religiosa tem caráter privado, ainda que coletivo), mas não se fala em direitos dessa comunidade. É preciso cautela, portanto, nessa intervenção, para que não se torne alvo de vontades subjetivas do poder político, devendo, nesse modelo de relação, a atuação do Estado se dar de maneira muito objetiva e estritamente legal.

Um preceito básico desse modelo, segundo Winfried Brugger, é que o Estado que opta por segui-lo deve estar apto e disposto a identificar, em sua atuação, leis e tratamentos desiguais, que marginalizem ou privilegiem uma ou outra religião, e classificá-los como inconstitucionais.

O professor enumera algumas situações que podem ser problematizadas em face desse preceito, uma vez que o Estado teria que ser rígido na apuração e concretização desse controle.

Um primeiro exemplo seria o de um ônibus escolar público que atendesse

não somente a demanda de alunos de escola estatal, mas também de alunos de uma escola religiosa. Como lidaria com essa situação o Estado que optasse pela separação total?

Por um lado, o privilégio estatal é nítido. Alguma comunidade que não possuisse finanças para a construção e manutenção de uma escola poderia sentir-se ameaçada por esse privilégio e argumentar que o Estado estaria ajudando, com meios físicos, a angariar pessoas, sendo esse um dos objetivos da escola de cunho religioso.

Entretanto, seria moral deixar de garantir o acesso à educação, cortando o fornecimento de transporte quando uma instituição religiosa auxilia a sociedade nessa função básica, e em muitos casos de difícil ampliação pelo poder público? Seria correto, e desejável à sociedade, que o poder público ignore a demanda por transporte escolar por conta de uma necessidade teórica de se manter afastado da atuação religiosa? É um conflito de princípios de difícil debate em âmbito de separação total entre Estado e Religião.

Sobre a colisão de princípios, nos ensina Robert Alexy:

Se dois princípios colidem – o que ocorre, por exemplo, quando algo é proibido de acordo com um princípio e, de acordo com o outro, permitido –, um dos princípios terá que ceder. Isso não significa, contudo, nem que o princípio cedente deva ser declarado inválido, nem que nele deverá ser introduzida uma cláusula de exceção. Na verdade, o que ocorre é que um dos princípios tem precedência em face do outro sob determinadas condições. Sob outras condições a questão da precedência pode ser resolvida de forma oposta. Isso é o que quer dizer quando se afirma que, nos casos concretos, os princípios têm pesos diferentes e que os princípios com o maior peso têm precedência. Conflitos entre regras ocorrem na dimensão da validade enquanto as colisões entre princípios – visto que só princípios válidos podem colidir – ocorrem, para além dessa dimensão, na dimensão do peso. (ALEXY, 2008: 93-94)

Assim, no caso narrado, haveria de ser feita uma ponderação de valores, analisando o que seria mais importante para a sociedade. Como ensina Alexy, tal ponderação, e sucumbência de um princípio frente ao outro não descaracterizaria o princípio, por isso mantém-se, no caso em comento, caso opte-se por manter o transporte à escola religiosa, o caráter de separação absoluta do Estado, ainda que tal princípio basilar seja mitigado em prol de outros princípios.

O que se pretende colocar é que é permitido, no Estado em regime de



separação total da Religião, ações positivas que, apesar de privilegiarem uma determinada religião, sejam calcadas em outros princípios que, no caso concreto, as tornem relevantes para o interesse social.

Outro exemplo utilizado pelo Dr. Winfried Brugger é o de uma árvore natalina em espaço público, conforme coloca:

A árvore de Natal não é, enfim, na essência, nenhum símbolo ritualista de uma religião isolada, e sim, uma árvore festiva, de forma que não se pode falar de uma identificação entre poder estatal e poder eclesiástico. Apesar disso, podem ser formuladas questões contra a árvore natalina a partir da posição da liberdade das religiões através de distância e separação, ou até mesmo objeções contundentes, pois nesse modelo de relação Estado-Igreja trata-se do maior distanciamento possível entre os dois poderes e do impedimento mesmo de uma aparente aproximação ou parcialidade. Visto sob essa lente, há na utilização da palavra 'cristã', da palavra 'árvore cristã'<sup>25</sup>, uma confusão inadmissível e uma unilateralidade do poder estatal. (BRUGGER, 2010: 9)

Tal situação também gera um conflito de princípios, e esses conflitos gerados pela separação absoluta tornam-se cada vez mais difíceis de serem resolvidos, com uma ponderação cada vez mais complexa e subjetiva. Acaso a árvore de Natal não seria, também, expressão cultural? Não deveria a cultura ser objeto de proteção e incentivo estatal? As respostas seriam diferentes em cada país que fossem feitas; seriam positivas, contudo, no Brasil, conforme trataremos no próximo capítulo.

Sintetizando as vantagens e desvantagens do modelo, acentua Winfried Brugger:

Como vantagem pode-se entender que se garante a maior pureza e liberdade das doutrinas das comunidades de fé face à regulamentação estatal. Outra vantagem é que não surgem problemas de igualdade nas atividades estatais em relação ao espectro das crenças e organizações religiosas no país, porque o poder estatal simplesmente se mantém distante; ele não se ocupa com nada além da proteção contra a violência. Se forem elencados problemas de igualdade entre forças sociais e religiosas, como entre as igrejas grandes e pequenas, moderadas e radicais, esses problemas devem ser resolvidos, sob o ponto de vista estatal, na concorrência entre as religiões. Estado e Direito colocam à disposição somente uma ordem geral que proíbe a violência. Nisso somos confrontados com a questão sobre se o impedimento da violência se relaciona somente com a relação externa de uma comunidade de fé e o seu meio ambiente ou se também diz respeito à proteção dos fiéis na sua relação interna; 'violência' também pode ser entendida como estritamente física ou psíquica em sentido amplo. Entendendo-se no último sentido citado, que violência psíquica contra fiéis também deve ser impedida pelo

25 Em Alemão, a árvore de Natal é chamada *Christbaum*, cuja tradução é "árvore cristã".

Estado, isso pressupõe enormes intervenções na relação interna das comunidades de fé. Permanece imprecisa, nesse modelo, a relação entre moral estatal e constitucional face à moral religiosa. Estas aparecem como fontes separadas, isoladas de orientação da vida; permanece em aberto como elas se colocam entre si. Nisso pode-se ver uma desvantagem: não ocorre nenhum acordo ou mediação institucional entre as duas fontes de moral, a partir do que se poderia esperar um direcionamento sócio-educativo comum. Escolhendo-se, mesmo assim, o estrito modelo de distância e separação, então provavelmente em um contexto histórico ou em um cenário futurista, em que há graves conflitos religiosos ou onde ameaça uma superação do Estado pela religião. Diante de tal cenário fictício ou real faz sentido implantar e estabilizar a maior distância possível. (BRUGGER, 2010: 9)

Outrossim, destaca-se ainda a mencionada desvantagem do desprezo à identidade religiosa enquanto manifestação natural e essencial do ser humano que pode surgir nesse modelo se levado a ferro e fogo, como ocorre hoje na França com derrubada de monumentos de homenagem significativos para a comunidade local<sup>26</sup>, a proibição de utilizar vestuário que manifeste “ostensivamente” a sua filiação religiosa em escolas<sup>27</sup>, termo este absolutamente subjetivo que gerou, por exemplo, a injustiça absurda de impedir uma muçulmana francesa de assistir à aula por estar usando saia muito longa<sup>28</sup>, e outras manifestações de repúdio e desprezo pelo Estado Francês moderno, o que, como discutido no capítulo anterior, não é próprio do Estado Laico, mas sim do Estado Ateu, inimigo da Religião.

---

26 *Matéria: Em nome da laicidade, Justiça manda cidade francesa retirar monumento ao papa.* Revista RFI em português do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.rfi.fr/franca/20150504-em-nome-da-laicidade-justica-manda-cidade-francesa-retirar-monumento-ao-papa>, acesso dia 09/09/2015.

27 *Matéria: França adota lei que proíbe "símbolos religiosos ostensivos" nas escolas públicas.* Revista Público, 2004. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/franca-adopta-lei-que-proibe-simbolos-religiosos-ostensivos-nas-escolas-publicas-1185764>, acesso dia 09/09/2015.

28 *Matéria: Francesa é impedida de assistir aula por usar saia 'muito longa'.* Revista BBC Brasil, 2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150502\\_franca\\_saia\\_longa\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150502_franca_saia_longa_ru), acesso dia 09/09/2015.

## II.2. Igualdade

O princípio basilar da laicidade desse modelo reside na garantia de igualdade entre todas as religiões. Ao contrário do primeiro modelo, a liberdade de crença não depende tanto de separação ou distância entre Estado e Religião, desde que não haja união material entre as duas instituições, mas sim de igualdade entre os diferentes credos e comunidades religiosas. (BRUGGER, 2010: 9-10)

Primeiramente é preciso destacar que existe uma diferença latente entre igualdade formal e material. Rui Barbosa, homem de profundas raízes religiosas, é famoso pelo estudo dessa diferenciação e das consequências desse axioma. Em seu discurso de paraninfo para os formandos da turma de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, chamado “Oração aos moços”, afirma:

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoeirar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem. (BARBOSA, 1999: 26)

Dessa forma, é primordial, no modelo de igualdade, que se reconheçam as diferenças existentes entre as diferentes comunidades religiosas, e se assegure que essas diferenças não sirvam para ameaçar a igualdade material, a igualdade real perante a sociedade e o Estado.

Sobre assunto, trata Brugger:

Há que se diferenciar, muito mais, dentro do axioma prioritário da igualdade, se não deve dominar uma igualdade formal ou material entre as igrejas e sua relação com o Estado. O modelo formal de igualdade já foi referido no modelo de distância. Conforme ele, toda comunidade de fé é igual para o Estado, igualmente válida e indiferente, independente de ser grande ou pequena, rica ou pobre, moderada ou radical. Mas o axioma da igualdade nesse modelo é geralmente considerado numa função mais forte que compreende o tratamento igualitário estrito também e justamente das pequenas comunidades, ou até ordena a equiparação das chances justamente das religiões pequenas ou minoritárias, mesmo que nisso se perca distância. (BRUGGER, 2010: 10)

Traz como exemplo de situação no modelo de igualdade a presença de um símbolo da religião majoritária exposto em uma escola. Se tal país adotasse o sistema de separação entre Estado e Religião, é evidente a ilegalidade dessa situação. Contudo, no modelo de igualdade é possível aceitar a presença do símbolo se houver também, em igualdade, símbolos das religiões minoritárias presentes, e ainda afirma que “o mesmo deveria valer para convicções não religiosas e símbolos de natureza secular.”(BRUGGER, 2010: 10)

Da mesma forma, não seria problema o caso difícil tratado no item anterior, onde o Estado estaria fornecendo transporte para escolas religiosas: “uma aproximação espacial da religião através de subvenção do transporte de alunos a suas escolas não é um problema desde que garantida a igualdade entre alunos de escolas públicas e religiosas e entre escolas religiosas de qualquer natureza.”(BRUGGER, 2010: 10)

Outro exemplo é o sistema de *vouchers* escolares, bastante crescente na Europa e nos Estados Unidos e ainda palco de muito debate, onde o governo, ao invés de oferecer vaga em escola pública, paga a escola privada para a criança. No sistema de separação total, seria inadmissível que essa escola fosse religiosa, independente da confissão de fé da família da criança, enquanto que no sistema de igualdade não importa que a escola seja religiosa ou não, desde que a família opte livremente por isso e que todas as religiões sejam abarcadas pela medida.

Vê-se, portanto, que há menos conflitos nesse modelo, uma vez que o Estado deixa de se cegar por uma falsa realidade legal, e reconhece a essencialidade da Religião na composição do indivíduo. Não há problema, inclusive, na subvenção estatal de aspectos puramente religiosos, desde que ocorra de maneira igualitária, como a imunidade tributária de que gozam as instituições religiosas no Brasil, instituída no art. 150, VI, b da Constituição Federal.

Nesse sentido, o Brasil foi palco de uma grande discussão envolvendo essa imunidade tributária dos templos das instituições religiosas e a questão da igualdade. Trata-se de uma polêmica acerca da aplicabilidade da imunidade, ou do próprio reconhecimento das casas religiosas de origem afro-brasileiras, como das religiões Umbanda e Candomblé.

Tanto foi a discussão, que o prefeito de Salvador, em novembro de 2014, assinou o Decreto n. 25.560<sup>29</sup>, que reconhece pluralidade religiosa presenciada no município baiano e dá a todas as instituições religiosas o reconhecimento para fins jurídicos e administrativos, acabando com qualquer margem para uma discussão de âmbito conservador no sentido de questionar a legitimidade desses templos.

Um problema que surge nesse modelo, diante do princípio da igualdade, é no caso de atividades primordialmente estatais quando são exercidas pelas instituições religiosas, como o apoio ao sem-teto, trabalho com dependentes químicos, idosos, doentes e outras atividades próprias do Estado de bem-estar social.

Tal discussão pode surgir uma vez que é indissociável do trabalho religioso, ainda que sob pretexto secular, a propagação da fé. Dessa forma, se o Estado compensa uma dada instituição religiosa por conta de um trabalho secular de apoio social, indiretamente está contribuindo para sua propagação de fé. Ainda que o resultado prático seja positivo, um trabalho de ajuda social, por uma questão de princípios a comunidade religiosa que não pode prestar esse tipo de serviço, por qualquer motivo, se vê discriminada e requer tratamento igual. (BRUGGER, 2010: 11)

Concluindo, novamente o professor elenca as vantagens e desvantagens do modelo exposto:

Resumindo as vantagens e desvantagens do princípio da igualdade: o princípio da igualdade, ancorado no âmbito da fundamental, mesmo que não estrita, cisão e separação, tem, certamente, vantagens quanto ao objetivo político da integração das religiões minoritárias. Isso vale especialmente se seus adeptos estão sensibilizados para toda forma de tratamento desigual, ou até mesmo percebem que por detrás de toda desvantagem há recusa e desprezo, como evidentemente tem-se na Alemanha para alguns adeptos do islamismo. Ao contrário, atenção especial ou ajuda às religiões minoritárias também podem levar à desintegração dos adeptos de uma religião minoritária, caso estes desenvolvam a ideia de que Lei e Direito não têm mais somente caráter geral, mas também oferecem um status especial para minorias e justamente suas sensibilidades. Aqui se pode pensar em concepções de camadas da população alemã, que se sentem atingidas pelo fato de se tirar a Cruz da escola, enquanto que professoras muçulmanas podem portar seu véu em qualquer lugar. Outro exemplo é a liberação da aula de esporte conjunta somente para

---

29 Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2014/2556/25560/decreto-n-25560-2014-reconhece-as-formas-de-organizacao-dos-povos-e-comunidades-de-terreiros-para-os-fins-que-indica.html>, acesso dia 10/09/2015

muçulmanas, mas não para alunas cristãs, mesmo que estas apresentem argumentos semelhantes de que seus corpos devem permanecer encobertos. Sob o ponto de vista do princípio da distância, o modelo da igualdade tem naturalmente o problema de que não somente não se devem evitar relações de proximidade, senão até mesmo buscar essas relações para se cooperar com todas as comunidades de fé em razão do objetivo do tratamento igualitário ou até de equiparação entre grandes e pequenas, pobres ou ricas. Com isso pode-se esperar mesclas/confusões e – de toda forma sob a visão da teoria da distância – ‘máculas/contaminações’ entre o secular e o religioso. Também é possível o aumento de prerrogativas/exigências de tratamento igualitário ou fomento especial de todas as religiões e igrejas possíveis, até para as comunidades menores. Quanto mais estrita e exigente for entendida e formulada a igualdade, tão mais amplo e extenso se torna seu âmbito de aplicação, tão maior pode ser a disputa por um tratamento igualitário adequado, e possivelmente se torna mais conflituosa a relação entre os fiéis e suas comunidades de fé e o poder estatal.(BRUGGER, 2010: 12-13)

Em suma, o princípio da igualdade é muito vantajoso para as religiões minoritárias que, mesmo que não tenham o mesmo espaço de fato na sociedade, ante ao número pequeno de seguidores, serão equiparadas perante o Estado artificialmente por respeito ao princípio da igualdade, garantindo igualdade material.

Como desvantagem, tem-se um perigo decorrente da necessidade de busca pela igualdade por parte do Estado, o que pode ser traduzido em uma linha tênue entre Estado Laico e Estado Confessional, conforme bem colocado pelo professor na citação supratranscrita.

Por fim, é também mais vantajoso esse modelo na medida em que, ao contrário do modelo de separação, reconhece e valoriza o âmbito religioso do indivíduo. É uma vantagem diante dos riscos apontados no item anterior e no capítulo I causados pelo desprezo à Religião pelo Estado.

### II.3. Aproximação

Quando um país tem uma grande carga religiosa majoritária, é natural que o Estado tenha traços dessa Religião. Conforme visto no Capítulo I, a religião define muito do indivíduo. A influência da Religião é potencializada quanto maior a comunidade em que o indivíduo se insere, uma vez que são reforçadas as suas crenças e os seus incentivos em se manter reto em relação aos preceitos religiosos de que comunga.

Assim, acredita Jorge Miranda:

Em países com grande divisão religiosa, impõe-se, naturalmente, um regime de separação absoluta. Já em países com religião largamente majoritária e com grande fundo histórico, por vezes adota-se um tratamento preferencial, e não raro privilegiado, dessa religião, sem prejuízo da liberdade religiosa. É o caso da Inglaterra hoje ou da Grécia e, foi, de certo modo, o caso de Portugal entre 1935 e 1974. (MIRANDA, 2014)

E ainda, André Ramos Tavares:

Diversa, contudo, é a situação na qual há elementos culturais fortes que justifiquem um tratamento não uniforme e não totalmente idêntico. Nesse caso, eventual tratamento particularizado estará respeitando, ainda, a igualdade, pois o Estado não pode conferir tratamento meramente uniforme se outros elementos aconselham ou impõem a distinção pontual. Não se pode traduzir a igualdade religiosa (decorrente da neutralidade do Estado e da aplicação do princípio da igualdade no âmbito religioso) como a exigência de tratamento matematicamente idêntico entre confissões religiosas, por parte do Estado, uma “homologia massificadora” (MORAIS, 1997: 246). Nesse sentido já decidiu a Justiça Constitucional portuguesa, falando de uma “paridade do sentido justo” (Comissão Constitucional, Parecer n. 17/82, apud MORAIS, 1997: 286). (TAVARES, 2012: 640)

Dessa forma, o modelo de aproximação busca reconhecer essa influência através da aproximação entre a religião largamente majoritária, e a moralidade estatal, ressaltando que não se trata de uma aproximação no aspecto espiritual da religião em relação ao secular, mas sim do reconhecimento da formação religiosa do cidadão comum.

Sobre essa aproximação trata Winfried Brugger:

Estando presentes tais constelações, a identidade de um país consiste na mistura particular de posturas e valores habituais e institucionalizados, que se tornaram uma imagem humana, social e estatal característica no decorrer da História, que justamente na sua particularidade vai além da

caracterização, naturalmente sempre também possível, de “pessoa, sociedade, Estado”. (BRUGGER, 2010: 16)

E ainda:

O ponto essencial de contato é de natureza estrutural, mais precisamente, de natureza análoga à estrutura. Em todos os três âmbitos objetiva-se um entendimento sobre bem comum (mesmo que nem sempre alcançado), que compreende o indivíduo, seu bem estar individual, mas também estabelece e forma uma perspectiva sobre o bem estar daquelas comunidades nas quais a perspectiva individual eventualmente frágil encontra enriquecimento, direção e importância. (BRUGGER, 2010: 14)

O autor afirma que existem 3 âmbitos essenciais de convivência do indivíduo: a família, a religião e o Estado, sendo que é preciso atender ao bem-estar dos 3, nas seguintes palavras:

[...]da mesma forma a visão voltada para todos os três âmbitos fundamentais se torna perspectiva própria do todo ou vinculante, sem a qual não se realiza o bem estar de cada um, também do Estado. Uma ética puramente formal de patriotismo constitucional provavelmente não pode construir tal perspectiva. (BRUGGER, 2010: 15)

Em outras palavras, para garantir o bem estar do cidadão que vive numa sociedade de cunho religioso, é preciso que o Estado, ainda que Laico, reconheça essa religiosidade.

De outra perspectiva, afirma o autor:

Em segundo lugar, a concepção de proximidade pode adquirir, historicamente, importância naqueles países em que partes importantes da moral social não sejam talvez exclusivamente, mas preponderantemente cunhadas por uma tradição religiosa isolada de maioria, como na Alemanha – e talvez no Brasil? – através do Cristianismo, mesmo que na bipartição confessional. (BRUGGER, 2010: 15)

Dessa forma, não se trata aqui de dar poder à autoridade eclesiástica para legislar ou ditar a moral a ser seguida, mas sim de vislumbrar uma formação social, a construção de uma moral coletiva durante séculos, moral essa cunhada, também, por aspectos religiosos evidentes. Como exemplo:

Pense-se no valor do individualismo, fortemente influenciado pelo liberalismo e pelo iluminismo, enquanto que o valor de equiparação decisivo do apoio a pobres, fracos e doentes foi formado, fortemente, pelo Cristianismo, apesar de tradições seculares, do Estado social, terem desenvolvido seu efeito. Outro exemplo é a ideia, que influencia a Alemanha, de que toda pessoa é indisponível e insubstituível, que possui uma dignidade que lhe subtrai de estratégias utilitaristas ou de instrumentalização. Esse pensamento integrado no art. 1º da Lei



Fundamental alemã tem conotações fortemente cristãs construídas sobre a semelhança divina de cada pessoa. Com isso novamente não se nega que pode haver outras concepções seculares e, nesse caso, sobretudo no entendimento de dignidade de Kant, que expressam efetivamente tais pensamentos. (BRUGGER, 2010: 15)

Essa relação de aproximação, portanto, é mais uma constatação de fato do que uma direção legislativa. O modelo de aproximação trata do reconhecimento da existência de uma religião majoritária disseminada na sociedade, religião essa que dá base aos valores e princípios dos cidadãos, o que pode ser observado inclusive nas leis.

Winfried Brugger trata dessa religião majoritária como “religião civil”, conceituando-a da seguinte forma:

O conceito de religião civil conota dois elementos: o primeiro já citado elemento é a disseminação de um valor religioso originalmente genuíno dentro da moral social – aqui se coloca, conceitualmente, ‘civil’ antes de ‘religião’. O segundo elemento coloca ‘religião’ antes de ‘civil’, desde que estes conteúdos generalizantes mantenham uma dimensão profunda e vinculante especificamente religiosa, não inserida em todos os mandamentos normativos e que apresenta, por exemplo, um alto obstáculo à instrumentalização política diuturna. (BRUGGER, 2010: 16)

Assim, o sistema de aproximação tem como objetivo manter relações estruturais com essa “religião civil”, que fez parte da formação de um determinado Estado, de uma determinada sociedade, que até o momento foram produtivas, ao invés de, por uma moralidade artificial que não reflete a realidade da sociedade, relegar a religião civil a uma secundariedade que não lhe é própria.

Gustavo Zagrebelsky fala sobre a referida pretensão:

Daqui a pretensão frente ao Estado para que reconheça e proteja de modo particular -quer dizer, não como mais uma entre as muitas forças espirituais presentes na sociedade, mas sim como um «patrimônio civil» especial- «a religião nacional histórica» e que esta seja reconhecida não (somente) como expressão de um direito fundamental da consciência, mas sim como fator de coesão civil.

[...]

uma vez que a história não passou em vão, esta preferência do Estado em favor de uma confissão religiosa de nenhum modo corresponde com a petição de opressão ou perseguição aos fiéis de outras confissões ou de quem não se reconhece em nenhuma fé.<sup>30</sup> (ZAGREBELSKY, 2010: 30-31,

30 *De aquí la pretensión frente al Estado para que reconozca y proteja en modo particular -es decir, no como una más entre las muchas fuerzas espirituales presentes en la sociedad, sino como un «patrimonio civil» especial- «la religión nacional histórica» y que ésta sea reconocida no (sólo) como expresión de un derecho fundamental de la conciencia, sino como factor de cohesión civil.*  
[...]

tradução nossa)

Sobre as vantagens e desvantagens desses sistema, disserta Brugger:

A vantagem conforme a situação histórica pode ser a seguinte: se a identidade e unidade normativa de um Estado repousam na essência da religião civil, para a qual as três principais correntes de transmissão – Estado, família e religião(s) deram, cada uma, sua contribuição, então faz sentido que o poder estatal entenda esse potencial de identificação e lealdade não de forma estreita ou indiferente, mas sim como fonte limitada que merece reconhecimento e também apoio. Citando o famoso ditado de Böckenförde: o Estado não pode criar, em sua competência própria, esses pressupostos familiares e religiosos da moral estatal do cidadão, mas pode reconhecer laços produtivos existentes e lhes permitir apoio, desde que se coloque em perspectiva a vantagem essencial, juntamente com também possíveis desvantagens dessa concepção. Se o Estado reconhece e até fomenta tais forças integradoras, isso leva, naturalmente, nos casos como no 'Ocidente', onde o Cristianismo teve um papel especialmente importante juntamente com o longo concorrente Liberalismo, também a um forte reconhecimento das forças religiosas dominantes. Em outras palavras, com tal aproximação se chega a uma consideração e a um reconhecimento mais fortes de uma crença de toda forma cultural, política e religiosamente dominante, estando presente no país ou no continente considerado, como em nosso caso o Cristianismo. Para críticos desse modelo impõe-se a palavra "concentração de poder" (Vermachtung). Com isso há, naturalmente, por parte das religiões minoritárias, uma suspeita de tutela, tratamento desigual e discriminação, e também não está distante a dúvida de que os âmbitos político e religioso se misturam. (BRUGGER, 2010: 17)

Ou seja, como ponto negativo, muito parecido com o que ocorre no primeiro modelo, onde existe o risco institucionalização do Estado Ateu, nesse terceiro modelo enfrenta-se o risco de institucionalização do Estado Religioso.

Para que tal risco não se concretize, nos três modelos (inclusive no de separação, onde pode ser instituído o Estado Ateu), é preciso que três pressupostos jurídicos sejam respeitados: separação entre as instituições Estado e Igreja, respeito à liberdade de crença, e igualdade de tratamento entre as crenças. (BRUGGER, 2010: 4) "Portanto, não se permite coerção jurídica para o exercício de (uma determinada) religião; estão vetadas desvantagens jurídicas para religiões minoritárias (como de ocupação de cargos públicos);" (BRUGGER, 2010: 17-18).

Não se pode esquecer que o poder estatal nas mãos da Igreja é ruim também para a pureza desta. "A Igreja que pede e obtém privilégios em nome de sua função civil ou «nacional», por sua parte, desperdiça o princípio da fé—a Cristo

---

*Dado que la historia no ha pasado en vano, esta preferencia del Estado en favor de una confesión religiosa de ningún modo corresponde con la petición de opresión o persecución a los fieles de otras confesiones o de quien no se reconoce en ninguna fe.*

—, não como fim que redime o mundo, mas como meio de garanti-lo enquanto mundo.” (ZAGREBELSKY, 2010<sup>31</sup>: 33, tradução nossa)

De fato, Zagrebelsky critica essa aproximação ao defender que a Igreja não deveria buscar por uma aprovação ou reconhecimento estatal. O autor acredita que defender o Cristianismo como religião civil iria contra os próprios princípios bíblicos a respeito do evangelho:

O cristianismo é a «espada que divide» o mundo (Mt 10, 34-35<sup>32</sup>; Lc 12, 51-53<sup>33</sup>); está neste mundo, mas não é deste mundo (Jo 15,19<sup>34</sup>). O cristianismo como «religião civil» seria uma confusão literalmente anticristã. A mensagem de Jesus de Nazaré se converteria em uma ideologia como outra qualquer, um aglutinante social ambíguo e meloso a serviço dos ordenamentos constituídos.<sup>35</sup> (ZAGREBELSKY, 2010: 67-68, tradução nossa)

Ainda assim, não é difícil ocorrerem discussões e incertezas quanto a esses limites subjetivos ao se adotar os preceitos deste terceiro modelo.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado é que não se trata aqui somente de reconhecer o Cristianismo como força moral formadora da sociedade. Esse modelo é aplicável a qualquer sociedade formada por uma história largamente religiosa. Se no Brasil essa história é Cristã, no Oriente Médio poder-se-ia aplicar esse modelo para tratar o Islam.

Por fim, é essencial ter em mente que os três modelos apresentam vantagens e desvantagens, devendo haver ponderação em sua escolha e prática. Nas palavras de Winfried Brugger:

31 *La Iglesia que pide y obtiene privilegios en nombre de su función civil o «nacional», por su parte, desperdicia el principio de la fe - a Cristo -, no como fin que redime el mundo sino como medio para garantizarlo en cuanto mundo.*

32 34 Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada; 35 porque eu vim pôr em dissensão o homem contra seu pai, e a filha contra sua mãe, e a nora contra sua sogra. (Versão Almeida Revista e Corrigida da Bíblia Sagrada)

33 51 Cuidais vós que vim trazer paz à terra? Não, vos digo, mas, antes, dissensão. 52 Porque, daqui em diante, estarão cinco divididos numa casa: três contra dois, e dois contra três. 53 O pai estará dividido contra o filho, e o filho, contra o pai, a mãe, contra a filha, e a filha, contra a mãe, a sogra, contra sua nora, e a nora, contra sua sogra. (Versão Almeida Revista e Corrigida da Bíblia Sagrada)

34 19 Se vós fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu, mas, porque não sois do mundo, antes eu vos escolhi do mundo, por isso é que o mundo vos aborrece. (Versão Almeida Revista e Corrigida da Bíblia Sagrada)

35 *El cristianismo es la «espada que divide» el mundo (Mt 10, 34-35; Lc 12, 51-53); es en este mundo, pero no es de este mundo (Jn 15, 19). El cristianismo como «religión civil» sería una confusión literalmente anticristiana. El mensaje de Jesús de Nazaret se convertiría en una ideología como otra cualquiera, un aglutinante social ambiguo y meloso al servicio de los ordenamientos constituídos.*

A discussão dos três modelos mostra, portanto, que em cada modelo ocorrem perdas. Com outras palavras: aqueles que sentem a perda através de (na sua visão) muita ou pouca distância, liberdade, igualdade ou proximidade, levantarão objeções. Sendo isso inevitável, deveria ser evitável a conclusão de que cada protesto semelhante identifica automaticamente um regime injusto e provoca violência. Justamente por se manter e se dever manter os pressupostos mínimos de juridicidade e liberdade em todos os três modelos, os representantes de todos esses modelos Estado-Igreja deveriam aprender a 'aceitar' os correspondentes ganhos, mas também 'suportar' as perdas a isso relacionadas. Para 'suportar' talvez ainda não seja suficiente, mas deveria bastar para excluir violência e guerra. (BRUGGER, 2010: 18)

## **CAPÍTULO III – PROTEÇÃO PRÁTICA**

### **III.1. Proteção e interferência**

Conforme visto no item “I.3. Estado Laico: o anjo da liberdade de crença”, é preciso diferenciar o Estado Laico do Estado Ateu.

Enquanto no Estado Ateu a aversão, e proibição, às manifestações religiosas não encontra diferenças fundamentais do que ocorre em um Estado Confessional, onde a instituição de uma religião oficial muitas vezes leva à proibição de manifestação de credo, ou até mesmo de propaganda ateia, no Estado Laico a proteção à manifestação religiosa e à liberdade de culto e de crença é algo sistêmico, essencial e basilar, afinal tal foi o motivo de seu surgimento conforme visto anteriormente.

De fato, não se encontra diferença entre o Estado, enquanto ente abstrato composto por cidadãos plurais, confessar a fé ateia ou confessar uma fé religiosa qualquer. Em ambos os modelos, o cidadão adepto a uma crença não dominante, seja ela ateia ou cristã, encontraria barreiras legais que limitam a sua autonomia individual e impedem a manifestação de sua crença, tolhendo a liberdade de expressão e oprimindo parte essencial do indivíduo.

Ou seja, a diferença crucial desses dois modelos de Estado é justamente a proteção da Religião no Estado Laico, e o combate a ela no Estado Ateu, típico de regimes autoritários como já visto.

Ainda é possível diferenciar o Estado Laico quanto à sua prioridade. A prioridade de um Estado que se pretende ser secular pode ser proteger a liberdade de crença, objetivo que deu origem ao laicismo, ou disseminar o secularismo em toda a esfera pública. Ahmet Kuru cunha essa classificação da seguinte forma:

Nos estados seculares, lutas ideológicas para moldar políticas estatais geralmente acontecem entre duas noções diferentes de secularismo – o que eu chamo de “secularismo assertivo” e “secularismo passivo.” Secularismo assertivo requer que o Estado desempenhe um papel “assertivo” para excluir a religião da esfera pública e confiná-la ao domínio privado. Secularismo passivo exige que o Estado desempenhe um papel “passivo”

permitindo a visibilidade pública da religião.<sup>36</sup> (KURU, 2009: 11, tradução nossa)

E ainda, analisando o caso na França:

Os secularistas assertivos visam limitar a religião ao lar e à consciência do indivíduo, enquanto os secularistas passivos tentam permitir um papel público da religião. Em suma, os secularistas passivos querem liberalizar o secularismo na França com uma nova ênfase no individualismo e multiculturalismo.<sup>37</sup> (KURU, 2007: 581, tradução nossa)

Ou seja, enquanto um prioriza a proteção da consciência individual focando no direito fundamental de liberdade de crença, garantindo, dessa forma, a plena livre expressão de pensamento, o outro preocupa-se mais com o princípio da laicidade em si mesmo, tão somente tolerando as crenças pessoais, desde que não sejam externadas perante a sociedade, em locais públicos, procurando privar ao máximo o ambiente público da manifestação de crença, como se o local público, enquanto ambiente secular, próprio do Estado, fosse perder essa característica de laicidade pela manifestação do indivíduo.

De outra forma, é necessário ainda diferenciar essa proteção à Religião quando concretizada pelo poder estatal no Estado Laico e no Estado Confessional, uma vez que a proteção não pode interferir na Religião, sob pena de comprometer a pureza desta. Como visto no item “1.3. Estado Laico: o anjo guardião da liberdade de crença”, um dos motivos para o surgimento do Estado Laico, além de proteger as religiões minoritárias, foi a necessidade de livrar a Igreja da influência do poder estatal.

Isso ocorreu tanto porque a Igreja tinha em suas funções e decisões a influência de homens que não dedicavam suas vidas exclusivamente à obra de Cristo, mas tinham comprometimento político, e não raro era esse seu principal foco, como também para que os homens eclesiásticos não precisassem se preocupar com as questões do Reino dos homens, e ficassem livres para tratar as coisas de

---

36 *In secular states, ideological struggles to shape state policies generally take place between two different notions of secularism – what I call “assertive secularism” and “passive secularism.” Assertive secularism requires the state to play an “assertive” role to exclude religion from the public sphere and confine it to the private domain. Passive secularism demands that the state play a “passive” role by allowing public visibility of religion.*

37 *The assertive secularists aim to confine religion to the home and to the individual’s conscience, while the passive secularists try to allow a public role for religion. In short, passive secularists want to liberalize secularism in France with a new emphasis on individualism and multiculturalism.*

Deus como tão somente concernentes ao Reino dos céus.

Em um Estado Confessional, primeiramente você tem a proteção estatal de somente uma Religião, a oficial. Não existe livre manifestação religiosa se somente uma religião é possível.

É bem verdade que muitos Estados Confessionais foram tolerantes com indivíduos de outras religiões ao longo da história, não necessariamente perseguindo quem não compactuasse com a Religião oficial.

Contudo, ainda que se tolere, o Estado Confessional tende a estigmatizar e segregar esse indivíduo que não compartilha da identidade da nação, uma vez que o súdito deve seguir a Religião do soberano, além de influenciar para que a própria sociedade trate de segregar esse indivíduo.

O problema é como o trazido por Gustavo Zagrebelsky referente à seleção de uma identidade para o povo colacionado no item “I.2. As Religiões no Brasil”.

No Brasil, à época do Estado Católico, esta segregação era bastante evidente, não se perfazendo cidadão aquele que não confessasse a fé católica. Sobre o assunto:

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Embora se trate de instituições distintas, naqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independentemente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos. (BORIS, 1996: 34-35)

Em segundo lugar, o Estado Confessional não se limita a proteger a Religião oficial, mas também interfere nela. O Estado Laico, ao contrário, mantém a distância necessária para que os indivíduos e os grupos de indivíduos possam manifestar e principalmente construir suas crenças sem a interferência estatal.

A proteção do Estado Laico é não somente uma proteção que se dá no plano privado, mas também no plano público.

Manifesta-se no plano privado se opondo, por exemplo, a que se impeça

ou perturbe cerimônia religiosa ou prática de culto religioso, conforme segunda parte do artigo 208 do Código Penal Brasileiro:

Art. 208 – Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:  
Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa.  
Parágrafo único – Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. (BRASIL, 1940)

Abre-se um parêntese para mencionar que esse impedimento à interferência no plano privado deve se dar de modo muito específico, não ultrapassando a proteção à cerimônia, prática de culto ou semelhantes.

Isso porque seria abusivo impedir que um indivíduo fizesse críticas a uma determinada religião ou ainda fundasse nova religião baseada naquela que se pretendeu criticar sob o pretexto de protegê-la. Conforme se detalhará item “III.3. Religião: cultura dos povos”, a modificação, crítica, evolução são fatores presentes e primordiais nas religiões, sem os quais a mesma estaria fadada ao seu fim.

Já no plano público, é uma proteção que impede a interferência estatal na ordem religiosa. Se o Estado tem o dever de não impor preceitos religiosos, é evidente que também lhe é proibido influenciar religiões em qualquer situação.

Entretanto, é importante notar que essa abstenção de interferência não pode ser traduzida em abertura para que, em nome da Religião, desrespeitem-se leis aplicáveis a todos ou cometam-se crimes em nome de um ritual inaceitável pela sociedade que se pretende organizar.

Apesar de parecer evidente, no item seguinte será analisado o problema quando a pretexto da liberdade de crença cometem-se atrocidades em rituais que não se justificam em uma sociedade civilizada.

Assim, a proteção à liberdade de crença, e a proteção negativa, no sentido de não interferência estatal e impedimento de interferência no plano privado, são essenciais na composição do Estado Laico, conforme originalmente concebido. Não se tem um Estado Laico se o Estado, ao invés de garantir o livre exercício religioso, intromete-se em questões religiosas e impede determinadas manifestações, manifestações estas que devem ser de livre exercício desde que não



firam qualquer direito alheio, mas tão somente cometam o “crime” de serem exatamente o que são, manifestações de crença.

Mas como poderia se dar essa proteção? É necessário algo mais concreto que garanta a liberdade religiosa, eis que o Estado não pode basear uma proteção meramente no conceito de tolerância e solidariedade. Felizmente a Constituição Federal Brasileira muito claramente protege a Religião, bem como a ausência desta.

### III.2. Religião: Direito Fundamental

A princípio denota-se que a liberdade de crença é qualificada no Brasil como Direito Fundamental, o que é a partida da análise sobre essa proteção.

Tal qualificação remonta à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que aduz em seu artigo 18:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular. (ONU, 1948)

Sobre a classificação de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, afirma Gilmar Mendes:

A expressão direitos humanos, ainda, e até por conta da sua vocação universalista, supranacional, é empregada para designar pretensões de respeito à pessoa humana, inseridas em documentos de direito internacional.

Já a locução direitos fundamentais é reservada aos direitos relacionados com posições básicas das pessoas, inscritos em diplomas normativos de cada Estado. São direitos que vigem numa ordem jurídica concreta, sendo, por isso, garantidos e limitados no espaço e no tempo, pois são assegurados na medida em que cada Estado os consagra.

Essa distinção conceitual não significa que os direitos humanos e os direitos fundamentais estejam em esferas estanques, incomunicáveis entre si. Há uma interação recíproca entre eles. Os direitos humanos internacionais encontram, muitas vezes, matriz nos direitos fundamentais consagrados pelos Estados e estes, de seu turno, não raro acolhem no seu catálogo de direitos fundamentais os direitos humanos proclamados em diplomas e em declarações internacionais. É de ressaltar a importância da Declaração Universal de 1948 na inspiração de tantas constituições do pós-guerra. (MENDES, 2014: 151, 152)

No Brasil, a liberdade religiosa como Direito Fundamental foi consagrada pela Constituição de 1988 em seu art. 5º, inciso VI sob o Título “DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS”, voltando à tradição da Constituição de 1946, sendo que a Constituição de 1967/69 previa apenas a liberdade de consciência, da qual a liberdade religiosa era mera subcategoria. (DA SILVA, 2005, p. 248). Conforme o artigo mencionado:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (BRASIL, 1988)

Gilmar Mendes admite ser bastante problemático conceituar o que seriam exatamente Direitos Fundamentais. Contudo, assevera serem fruto da atenção ao princípio da dignidade da pessoa. Em suas palavras:

Não obstante a inevitável subjetividade envolvida nas tentativas de discernir a nota de fundamentalidade em um direito, e embora haja direitos formalmente incluídos na classe dos direitos fundamentais que não apresentam ligação direta e imediata com o princípio da dignidade humana, é esse princípio que inspira os típicos direitos fundamentais, atendendo à exigência do respeito à vida, à liberdade, à integridade física e íntima de cada ser humano, ao postulado da igualdade em dignidade de todos os homens e à segurança. É o princípio da dignidade humana que demanda fórmulas de limitação do poder, prevenindo o arbítrio e a injustiça. Nessa medida, há de se convir em que “os direitos fundamentais, ao menos de forma geral, podem ser considerados concretizações das exigências do princípio da dignidade da pessoa humana” (MENDES, 2014: 147)

Fato interessante é que o surgimento dos Direitos Fundamentais deve muito ao Cristianismo, por conta dessa ligação com o princípio da dignidade. Gilmar Mendes discorre:

A relevância da proclamação dos direitos fundamentais entre nós pode ser sentida pela leitura do Preâmbulo da atual Constituição. Ali se proclama que a Assembleia Constituinte teve como inspiração básica dos seus trabalhos o propósito de “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança”. Esse objetivo há de erigir-se como o pilar ético-jurídico-político da própria compreensão da Constituição. O domínio das considerações técnicas que os direitos fundamentais suscitam, por isso, é indispensável para a interpretação constitucional. (MENDES, 2014: 143, 144)

É interessante anotar, conforme coloca André Ramos Tavares, que para parte da doutrina a liberdade de religião é colocada como o Direito Fundamental

originário, abrindo caminho para os Direitos Fundamentais de primeira dimensão, que exigem uma atuação negativa do Estado, ou seja, que este se abstenha de qualquer interferência (TAVARES, 2012: 501; 636).

A elevação da liberdade de crença a Direito Fundamental é essencial e basilar no ordenamento jurídico. Dessa conceituação decorrem não só outras proteções positivadas em leis menores, mas também a interpretação sistemática visando proteger o que a Constituição decidiu ser inviolável.

Gilmar Mendes afirma que tal previsão vincula os três Poderes. Ao Poder Legislativo é imperioso que se editem normas visando a concretização dos Direitos Fundamentais, podendo a sua omissão ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou mandado de injunção. Também lhe é proibido legislar em desobservância de possível prejuízo a Direito Fundamental; ao Poder Executivo, impõe-se a nulidade dos atos praticados com ofensa ao sistema de Direitos Fundamentais, que devem sempre ser observados na interpretação e aplicação de qualquer norma; por fim, ao Poder Judiciário cabe a defesa dos direitos violados ou ameaçados de violência (art. 5º, XXXV, CF) (MENDES, 2014: 152 a 156)

Dessa forma, sendo a liberdade de crença Direito Fundamental positivado pela Constituição Federal, é imperioso que todo o sistema estatal lhe seja protetivo. Em verdade, para André Ramos Tavares tal classificação, como foi posta na Constituição de 1988, nos traz diversas implicações:

A assim denominada liberdade religiosa, enquanto direito fundamental, há de incluir a liberdade: i) de opção em valores transcendentais (ou não); ii) de crença nesse sistema de valores; iii) de seguir dogmas baseados na fé e não na racionalidade estrita; iv) da liturgia (cerimonial), o que pressupõe a dimensão coletiva da liberdade; v) do culto propriamente dito, o que inclui um aspecto individual; vi) dos locais de prática do culto; vii) de não ser o indivíduo inquirido pelo Estado sobre suas convicções; viii) de não ser o indivíduo prejudicado, de qualquer forma, nas suas relações com o Estado, em virtude de sua crença declarada. (TAVARES, 2012: 636)

Obviamente entende-se dentro da liberdade de crença também a liberdade de não ter qualquer Religião ou crença, que é a fé ateísta, ou ainda não ter opinião sobre o assunto, como no caso dos agnósticos, conforme brevemente indicado por André Ramos Tavares no item “i)” da citação supratranscrita.

Com a qualificação de Direito Fundamental consolidada pela Constituição,

já se pode falar em proteção efetiva. Assim, da mesma forma que a Constituição Federal consolidou a liberdade religiosa no inciso VI, trouxe os moldes sob os quais deve se regular a proteção estatal a esse direito. Gilmar Mendes sintetiza da seguinte forma:

Na liberdade religiosa incluem-se a liberdade de crença, de aderir a alguma religião, e a liberdade do exercício do culto respectivo. As liturgias e os locais de culto são protegidos nos termos da lei. A lei deve proteger os templos e não deve interferir nas liturgias, a não ser que assim o imponha algum valor constitucional concorrente de maior peso na hipótese considerada. (MENDES, 2014, p. 291)

O inciso VII assegura a prestação de assistência religiosa a quem estiver internado em entidades civis e militares. É o inciso: “VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;” (BRASIL, 1988)

Aqui discute-se muito sobre serviços religiosos dentro de presídios e hospitais. A discussão que se faz remonta ao modelo de igualdade entre as religiões, estudado em Winfried Brugger. Se há Bíblias e cultos católicos em hospitais públicos, ou cultos evangélicos dentro dos presídios, o que se espera do Estado Laico, sob a ótica da igualdade, é que se ofereçam também as demais opções religiosas de cada indivíduo do local. É claro que a iniciativa não precisa ser do Estado, pois seria impossível oferecer todas as condições para a prática de qualquer Religião. O importante é que, solicitada pelos internos, a administração do local deve oferecer as condições para a prática da Religião em questão. (MENDES, 2014, p. 288)

Já no inciso VIII temos uma proteção mais genérica, não só à Religião, mas de convicção política e filosófica. *In verbis*: “VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;”(BRASIL, 1988)

A segunda parte do inciso traz a questão sobre escusa de consciência. Disciplina Gilmar Mendes:

Se o Estado reconhece a inviolabilidade da liberdade de consciência deve admitir, igualmente, que o indivíduo aja de acordo com as suas convicções. Haverá casos, porém, em que o Estado impõe conduta ao indivíduo que

desafia o sistema de vida que as suas convicções construíram. Cogita-se, então, da possibilidade de reconhecer efeitos a uma objeção de consciência. (MENDES, 2014, p. 288)

A redação do dispositivo indica que é possível eximir-se de obrigação legal, por escusa de consciência, desde que cumpra prestação alternativa, fixada em lei. Contudo, a não existência de prestação alternativa, a princípio, não leva à inviabilidade da escusa de consciência. “Cabe, antes, se uma ponderação de valores constitucionais o permitir, ter-se o objetor como desonerado da obrigação, sem que se veja apenado por isso.” (MENDES, 2012, p. 285)

Há ainda o artigo 19, I da CF, que veda que o Estado tome parte em cultos ou com qualquer instituição religiosa, o que como vista alhures impede que o Estado se intrometa nas questões religiosas e mantenha puro o espírito da Igreja.

Outra questão interessante é a vedação de cobrança de impostos sobre atividades religiosas no artigo 150 da CF, conforme segue:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:  
VI - instituir impostos sobre:  
b) templos de qualquer culto; (BRASIL, 1988)

Explica Gilmar Mendes:

Para evitar que o Estado crie embaraços à liberdade de religião, o constituinte estabelece a imunidade de impostos sobre templos de qualquer culto, no art. 150, VI, b, do Texto Magno. A imunidade se refere a impostos, e não a contribuições sindicais. Mas a imunidade alcança toda espécie de impostos, inclusive “IPTU sobre imóveis de propriedade [de entidade religiosa] que se encontram alugados”, já que a “imunidade prevista no art. 150, VI, b, CF, deve abranger não somente os prédios destinados ao culto, mas, também, o patrimônio, a renda e os serviços ‘relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas’” (MENDES, 2014: 291)

Na visão de André Ramos Tavares, a referida imunidade tributária não só decorre do Direito Fundamental de liberdade de crença, mas também do próprio princípio da laicidade do Estado. Discorre:

O Brasil constitui-se em um Estado laico (ou leigo). Basicamente, a vedação impede a adoção, pelo Brasil, de uma religião oficial, o que só poderá ser observado na medida em que todos os entes federativos estejam impedidos de realizar tal opção.

No Brasil, veda-se expressamente que a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios declarem uma religião oficial. Apenas se ocorrer a manifestação do poder popular (constituinte originário) poder-se-á adotar

uma religião oficial e transformar o Brasil em Estado religioso.

A vedação compõe-se da seguinte forma: em primeiro lugar, não podem ser estabelecidos cultos religiosos ou igrejas pelo Poder Público, seja direta, seja indiretamente. Assim, a adoção de uma única fé religiosa por escolas públicas, obrigando-a a seus alunos, é uma forma velada de contornar o comando constitucional.

Em segundo lugar, é proibida qualquer espécie de subvenção pública a alguma religião ou igreja. Também é vedado que se mantenha, com estas ou seus representantes, relações de dependência ou aliança.

Em terceiro lugar, e como decorrência tanto da liberdade de crença, estabelecida no art. 5º, VI, da CF, como da característica laica do Estado brasileiro, tem-se a proibição de embaraçar o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas. Uma decorrência direta dessa vedação encontra-se na regra do art. 150, VI, b, da CF, quando se proíbe a criação de impostos por parte da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sobre os templos de qualquer culto. (TAVARES, 2012: 1114)(grifo)

Tantas proteções e aproximações do Estado brasileiro com a Religião, entre outras que se encontram ao longo do texto constitucional e do ordenamento jurídico, como a proteção penal citada no item “III.1. Proteção e interferência” (art. 208 CP), a educação religiosa nas escolas de maneira facultativa (art. 210, §1º CF), os efeitos civis do casamento religioso (art. 226, §2º CF), entre outros, evidenciam que o Estado brasileiro tem uma relação bastante próxima com a Religião.

Por fim, é importante falar que a fundamentalidade do direito à liberdade de crença, assim como de quaisquer Direitos Fundamentais, é inviolável, por definição. Tratam-se cláusulas pétreas, as quais não podem ser alteradas ou mitigadas pelo legislador.

Sobre o assunto, disserta Gilmar Mendes:

As cláusulas pétreas, portanto, além de assegurarem a imutabilidade de certos valores, além de preservarem a identidade do projeto do constituinte originário, participam, elas próprias, como tais, também da essência inalterável desse projeto. Eliminar a cláusula pétrea já é enfraquecer os princípios básicos do projeto do constituinte originário garantidos por ela. (MENDES, 2014: 130)

E ainda:

No tocante aos direitos e garantias individuais, mudanças que minimizem a sua proteção, ainda que topicamente, não são admissíveis. Não poderia o constituinte derivado, por exemplo, contra garantia expressa no rol das liberdades públicas, permitir que, para determinada conduta (e. g., assédio sexual), fosse possível retroagir a norma incriminante.

Esses direitos e garantias individuais protegidos são os enumerados no art. 5º da Constituição e em outros dispositivos da Carta. (MENDES, 2014: 133)

Portanto, não é possível mitigar o Direito Fundamental de liberdade de

crença, pelo que está garantida, dessa forma, a laicidade do Estado, que não interferirá na crença dos cidadãos por conta de restrição constitucional.

Outrossim, também existe debate quanto a um princípio implícito na Constituição que impede que as conquistas relativas a Direitos Fundamentais, e por conseguinte à liberdade de crença, sofram retrocesso. É o princípio da proibição do retrocesso. Embora não seja pacífico na doutrina a sua aplicação, ele é definido como uma proibição do legislador para que, uma vez atingido certo grau de concretização de um determinado Direito Fundamental, não se possam reverter as conquistas obtidas. (MENDES, 2014: 153)

André Ramos Tavares acredita que a proibição do retrocesso é princípio necessário inclusive à segurança jurídica do sistema:

A proteção à segurança jurídica, implícita ao Estado de Direito, exige, igualmente, uma “proteção contra medidas retrocessivas, mas que não podem ser tidas como propriamente retroativas, já que não alcançam as figuras dos direitos adquiridos, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada”. Seria justamente o caso de se pretender a eliminação de leis regulamentadoras de direitos sociais, ainda que com pretensão meramente prospectiva (não retroativa).

O que o autor está pretendendo sublinhar é que não basta a proteção contra a irretroatividade, já que medidas prospectivas podem trazer um retrocesso que deve ser combatido. (TAVARES, 2012: 771)

Em observância ao princípio da proibição do retrocesso, por exemplo, não poderia a isenção fiscal a que se refere o art. 150, VI, b da CF ser revogado por Emenda Constitucional. Tampouco estaria sujeita a revogação a tipificação penal do art. 208 do CP, que protege o indivíduo que possui crença, o culto e os seus objetos.

Não se pode olvidar também da proteção constitucional à liberdade de expressão, que é tanto a exteriorização dos sentimentos e pensamentos íntimos do cidadão, que evidentemente podem abarcar motivações religiosas, como também a liberdade de pensamento, que é o juízo de valores que o indivíduo faz com base no sistema moral-intelectual que mais lhe aprouver. Sobre o assunto, disserta André Ramos Tavares:

No entanto, o certo é que o termo liberdade de expressão não se reduz ao externar sensações e sentimentos. Ele abarca tanto a liberdade de pensamento, que se restringe aos juízos intelectivos, como também o externar sensações. O acerto dessa afirmação pode ser verificado na inteligência do próprio art. 5º, IX, da CF, em que há menção clara e expressa à atividade intelectual: “é livre a expressão da atividade intelectual,

artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". Nesse sentido, também, ARCHIBALD COX, ao comentar o primeiro artigo da Bill of Rights americana, acerca da liberdade de expressão: "O homem ou mulher pensante, de sensações, o novelista, o poeta ou dramaturgo, o artista, e especialmente o religioso certamente consideram a negação à liberdade de expressão como a maior afronta que pode ser impingida à condição destes como seres humanos" (TAVARES, 2012: 626)

### III.3. Religião: cultura dos povos

Por fim, não somente está a Religião protegida por dispositivos que fazem direta menção a esta. É preciso se ter a noção de que Religião é essencialmente cultura, e como cultura deve, também, ser resguardada.

É possível observar duas dimensões da religião: na primeira a religião é vista como sagrada, transcendente; é a necessidade de o homem ligar-se ao Infinito, ao Absoluto que é Deus, o qual pode ser visto de diferentes modos de acordo com cada religião; na segunda dimensão da religião, esta alcança o patamar da vida social, o que lhe dá força popular, uma vez que através deste patamar a Religião se torna organizada, sistematizando seus ritos e dogmas. (REIS, 2012)

Muitas vezes se pensa somente na primeira dimensão da Religião, o sagrado. É um erro ater-se ao sagrado e ignorar a organização dos dogmas, ritos e tradições. Para que o Estado possa tratar de maneira adequada as religiões, é preciso compreender que além do aspecto espiritual, há o aspecto sociocultural.

Alguns dos maiores símbolos culturais da humanidade têm caráter intrinsecamente religioso, o que lhe é indissociável. Por exemplo, a Caaba na Arábia Saudita, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, Igrejas Católicas com séculos de idade espalhadas pela Europa, a Esfinge no Egito, templos de religiões milenares ao redor do globo etc.

Daiane do Carmo Reis em seu artigo apresenta uma definição de cultura como sendo um processo para orientação e significação das ações humanas, por meio de uma manipulação simbólica que seria atributo fundamental da prática humana. (REIS, 2012)

A partir dessa definição, fica claro que a Religião faz parte da cultura dos



povos. De fato, muitos costumes e valores e ainda o próprio significado da ação de muitos povos se dão unicamente através da Religião. Tire a Religião, e não se pode mais definir esses povos. Dessa forma, há que se estender a proteção que se dá à cultura, também à Religião, no que couber, para se garantir a integridade da cultura como um todo.

De outro modo, o reconhecimento de uma maior identificação cultural da população, local ou nacional, com uma determinada religião justificaria uma adoção do modelo de aproximação entre o Estado e as diretrizes dessa Religião, conforme visto em maiores detalhes no item “II.3. Aproximação”. Assevera André Ramos Tavares:

Em muitas circunstâncias pode ser sentida alguma espécie de proximidade, mas trata-se mais propriamente de consequências necessárias de um tratamento específico em virtude da realidade social da comunidade, da sua história, de sua unidade nacional (para a qual contribuiu em certa medida a religião) e de sua específica cultura. Esses elementos fáticos são objeto de preocupação de diversas outras normas constitucionais, muitas das quais também são principiológicas, e uma retirada do Estado em todos esses casos seria conceder à separação entre Estado e Religião e à neutralidade daquele um caráter absoluto e de superioridade em relação a qualquer outra preocupação constitucional. Neutralidade não é alheamento do Estado perante o fenômeno religioso (MORAIS, 1997: 268), sob pena de se transformar em hostilidade velada e desencorajamento geral pela religiosidade, ferindo-se o próprio livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo. (TAVARES, 2012: 642)

A Constituição Federal inicia as disposições sobre cultura em seu art. 215, onde determina que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” No parágrafo primeiro ainda especifica que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”.

Jamais poderia o Estado promover a cultura indígena, afro-brasileira, ou mesmo europeia (grupos participantes do processo civilizatório nacional), excluindo das manifestações a Religião.

Há inúmeros exemplos de manifestações culturais que envolvem até uma cidade inteira, portanto contam com o apoio da prefeitura, e têm como motivo central

a Religião. É o caso das comemorações de *Corpus Christi*, muito comuns em cidade de colonização europeia, com forte matriz católica. O Município, nesse caso, não pode ser acusado de ir contra disposição constitucional, o já citado artigo 19, I<sup>38</sup>, pois está agindo com fundamento constitucional diverso, visando não a Religião propriamente, mas a cultura intrínseca à cidade.

No parágrafo 2º ainda do artigo 215 há ainda mais clara referência à Religião, analisando o contexto prático do país. O dispositivo institui que “A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.” Muitas das datas escolhidas são, em verdade, de cunho religioso, conforme art. 2º da Lei nº 9.093/95<sup>39</sup>, que atendeu ao dispositivo constitucional.

Tem-se, portanto, uma dupla proteção constitucional, em nível de Direito Fundamental, à Religião; primeiramente como Religião propriamente dita, no rol de liberdades protegidas pela ideia de Direitos Fundamentais de primeira geração, que são aqueles relativos à proteção do indivíduo, os primeiros a surgir no espectro histórico dos Direitos Fundamentais (MENDES, 2014: 144) e; em segundo lugar, como cultura, protegida pela ideia de Direitos Fundamentais de terceira geração, que se peculiarizam pela titularidade difusa ou coletiva (MENDES, 2014: 145).

Nesse ponto já se percebe como se confunde, por meio de tradição popular, religião e cultura, e fica evidente que não há como proteger a cultura sem se pensar na proteção à religião.

Contudo, tratando da religião como se trata da cultura, entra-se num terreno perigoso, e é muito importante ter-se em mente que a religião, enquanto produção intelectual, necessita de alterações. Quando se fala em proteger a cultura, a ideia é sempre que se mantenham as tradições, a história, o que não pode ser estendido à proteção à Religião, no sentido de mantê-la livre de modificações, de mudança.

---

38 Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (BRASIL, 1988)

39 Art. 2º São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão. (grifo) (BRASIL, 1995)

Hajo Holborn afirmou que Religião não é “conhecimento doutrinário”, mas sim sabedoria que nasce da experiência pessoal. A mudança é essencial para a Religião, na medida em que se constroem novos preceitos religiosos a partir de novas experiências. Todos os dias vivem-se coisas novas para a Religião que não podem ser impedidas de produzirem efeito sob a bandeira de proteção cultural. É preciso que, para além da tradição, se proteja também o direito de produzir Religião.

Martinho Lutero, o grande nome da reforma protestante, trouxe uma completa revolução do Cristianismo, que sobrevive até hoje. Ainda assim, o catolicismo não morreu. Pelo contrário, com o nascimento do protestantismo o próprio catolicismo se modificou, evoluiu, e seguiu mantendo seus fiéis, paralelamente aos que migraram para o protestantismo. Em outras palavras, a tradição, a história da Igreja Católica teve um marco, não foi corrompida ou assassinada pela reforma protestante, pelo debate interno. (HOLBORN, 1982)

Uma proibição desse debate interno, em prol de uma tradição histórica, acarretaria em sérios problemas para a evolução natural da Religião. O Estado, ao invés de proteger a religião, estaria, em verdade, afrontando a liberdade religiosa, a liberdade de produzir religião. Conforme colocado acima, a religião é sabedoria, que nasce da experiência pessoal. Portanto, apesar do dever do Estado de proteger a Religião, também tem o Estado o dever de proteger a produção religiosa. A laicidade do Estado imprescinde que o Estado se abstenha das discussões religiosas internas, ou ainda entre religiões.

A primeira coisa que se pensa quando se fala em discussão entre religiões é intolerância e desrespeito. Entretanto, ao se analisar a história das religiões, pode-se aferir que há inúmeros exemplos de produção religiosa entre religiões. Existem hoje inúmeras religiões que se modificaram, sem perder a essência, por influência de outras religiões, e até mesmo religiões novas, filhas de duas ou mais doutrinas.

No Brasil temos muitos exemplos dessa comunhão de religiões, conforme demonstrado no item “1.2. As Religiões no Brasil”, como o espiritismo cristão, as religiões afro-brasileiras etc. De fato, qualquer sincretismo religioso criado por um indivíduo, que queira acreditar, compartilhar e ensinar aquilo em que acredita, deve

ser considerado religião legítima, e a discussão criada não deve ser impedida para que se protejam as religiões envolvidas.

A fictícia personagem Pi, do livro e filme *Life of Pi*, faz uso de um sincretismo ímpar para se encontrar no seu mundo. A obra poética nos faz refletir, e entender muito claramente sobre esse aspecto maleável e íntimo da religião. Uma conversa da personagem demonstra esse sentimento:

— A fé é uma casa de muitos quartos.  
— E nenhum quarto para a dúvida?  
— Ah! Muitos, em todos os andares. A dúvida é útil, ela faz com que a fé fique viva. Afinal, você não tem como saber a força da sua fé até que ela seja testada. (LIFE, 2012)

Assim, jamais seria legítimo que, por exemplo, um pastor evangélico, ou grupo de pastores evangélicos, buscasse amparo judicial, sob o pretexto de proteção à tradição cristã e teológica, contra uma determinada igreja que professasse a teologia inclusiva, que é uma linha teológica relativamente nova que acredita que Deus não condena a homossexualidade, e busca base bíblica para tanto, tendo inclusive pastores e líderes gays em seu quadro eclesialístico.

## CONCLUSÃO

A análise histórica demonstra que a Religião sempre influenciou o Estado e a sociedade, desde as eleições morais por princípios e valores éticos até as decisões políticas do alto escalão da liderança de um determinado povo. Isso porque a Religião é parte essencial do indivíduo religioso. Não é somente um *hobbie* com que se preenche o tempo vazio, mas é antes algo fundamental na formação do indivíduo, pelo que através da Religião o indivíduo religioso elege aquilo que lhe parece certo ou errado e determina a si mesmo.

Tal influência no indivíduo é o estopim para a influência na sociedade e no Estado, afinal não existe sociedade ou Estado sem antes existir o indivíduo. O coletivo é influenciado pela Religião na medida em que o indivíduo o é.

Contudo, tal é a corrupção presente em toda a história que o homem usa da Religião, em busca de poder e domínio, no caminho inverso. Uma influência não natural dos indivíduos para a sociedade por eles formada, mas de cima para baixo, uma imposição do Estado para o indivíduo, utilizando-se da força vinculante da Religião para fazer valer os interesses de quem detém o monopólio da força, quem está no controle do Estado, corrompendo inclusive os líderes não só políticos, mas também religiosos.

Diante de tal perversão, o Estado Laico surge como um guardião da liberdade de crença, para que o Estado não mais interfira na ordem religiosa, nem por ela se deixe interferir, ainda que largamente majoritária. O Estado Laico é garantia de liberdade do indivíduo.

Instituído o Estado Laico, é preciso delimitar quais serão os moldes do relacionamento entre o Estado Laico e a Religião, elegendo um modelo de atuação que implica priorização de uns ou outros princípios.

Todos os três modelos analisados possuem vantagens, desvantagens e riscos com os quais terá que lidar, gerenciando caso a caso. Cabe à autoridade política democraticamente eleita definir qual modelo utilizar, ou quais princípios devem ser o foco da atuação estatal em relação à Religião, de acordo com aquilo

que acredita representar a sociedade, respeitados os princípios básicos norteadores do Estado Laico, quais sejam, separação institucional entre Igreja e Estado, respeito à liberdade de crença, e tratamento igual para todas as crenças.

Por fim, a proteção estatal à Religião no Estado Laico pode se dar de diferentes modos, e é preciso sempre ter cuidado com os princípios citados para que não se configure um Estado Confessional ou ainda um Estado Ateu, que sistematicamente não se diferenciam muito entre si, apenas elegendo crenças diferentes, no sentido de que ambos desrespeitam a individualidade do cidadão, ferindo a liberdade de crença.

A proteção dada à Religião deve impedir não só que indivíduos interfiram na liberdade de crença alheia, mas também, e principalmente (conforme foi concebido o Estado Laico), que o Estado interfira na Religião.

A ideia de ser a Religião um Direito Fundamental encontra amparo na Constituição Federal brasileira, positivando no ordenamento jurídico pátrio o que consta declarado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, tornando responsabilidade constitucional a proteção à liberdade de crença no Brasil.

Tal proteção se dá de várias formas, tanto constitucionais, quanto infraconstitucionais; tanto implícitas, quanto explícitas; tanto materiais, quanto formais.

Também encontra respaldo a proteção à Religião sob o aspecto cultural. A Religião é cultura e como tal deve ser fomentada e preservada. Tal aproximação se dá por meio de símbolos culturais, obras de arte, expressões e manifestações populares, festas relevantes à população majoritária (Natal, Páscoa etc), e quaisquer traços culturais provenientes do povo por razões religiosas.

Contudo, é imprescindível que não se coíba a evolução da Religião sob o pretexto de se protegerem valores culturais, uma vez que assim se estaria tolhendo a produção religiosa, que também é imprescindível para a completa liberdade de crença.

A discussão e o debate, bem como a comunhão, o sincretismo e a comparação são essenciais para a evolução da Religião, desde que de maneira

voluntária, devendo o culto e o espaço das igrejas serem respeitados e protegidos.

## REFERÊNCIAS

ALDANA, Myrian. Vozes católicas no Congresso Nacional: aborto, defesa da vida, 2008, disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=7646](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7646). Acesso em: 16/04/2014.

ALMEIDA, Luis Roberto Lins. Imunidade tributária da casa pastoral, 2010, disponível em: <http://jus.com.br/artigos/17683/imunidade-tributaria-da-casa-pastoral>. Acesso em: 02/05/2014.

ALEXY, Robert. TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS / Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo : Malheiros, 2008.

BARBOSA, Rui. Oração aos Moços. Edição popular anotada por Adriano da Gama Kury – 5. ed. – Rio de Janeiro : Casa de Rui Barbosa, 1999.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995.

BRUGGER, Winfried. Separação, igualdade, aproximação: três modelos da relação Estado-Igreja. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 7, 2010

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura, 2008. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2.



CAMPOS, Leonildo Silveira. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007, 2008.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CALDAS, Ana Lúcia. Reportagem: Legislação ambiental brasileira é uma das mais modernas do mundo, diz especialista. Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicações. 2011. Disponível em:  
<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-05-08/legislacao-ambiental-brasileira-e-uma-das-mais-modernas-do-mundo-diz-especialista>, acesso em: 30/09/2015

DA SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. - 25. ed. rev. e atual. São Paulo : Malheiros Editores Ltda., 2005.

FAUSTO, Boris. história do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. O livro das religiões / Tradução Isa Mara Lando ; revisão técnica e apêndice Antônio Flavio Pierucci. — São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLBORN, Hajo. A HISTORY OF MODERN GERMANY: The Reformation. Princeton: Princeton University Press, 1982.

JOYCE, Karla. Nova agressão fundamentalista ao Estado Laico e às minorias: PEC 99/11. Disponível em: <http://www.eleicoeshoje.com.br/estado-laico-pec-99-11/#axzz1sEsP0lal>. Acesso em: 15/04/2014.

KURU, Ahmet T. "Passive and assertive secularism: Historical conditions, ideological struggles, and state policies toward religion." World Politics Volume 59, Number 04 (2007): 568-594. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KURU, Ahmet T. Secularism and state policies toward religion: the United States, France, and Turkey. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LIFE of Pi. Direção: Ang Lee. [S.l.]: 20th Century Fox, 2012. 127 min.

MANOEL, Ivan Ap. História, religião e religiosidade. Revista de Cultura Teológica - v. 15 - n. 59 - abr/jun 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Artigo: Estado Laico não é estado ateu e pagão. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 14 Jun. 2007. Disponível em: [www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-constitucional/1863](http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-constitucional/1863). Acesso em: 2/6/2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional – 9. ed. rev. e atual. São Paulo : Saraiva, 2014.

MENZIES, Allan. History of Religion. Murray, 1914. Disponível em: [munseys.com/diskeight/hireg.pdf](http://munseys.com/diskeight/hireg.pdf). Acesso em: 18/5/2015.

MIRANDA, Jorge. "Estado, Liberdade Religiosa e Laicidade." OBSERVATÓRIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. Brasília: IDP, Ano 7, no. 1, jan./jun. 2014.

MIRANDA, Paola Frassinetti Alves de. Artigo: Laicidade estatal e liberdade religiosa, 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/17463/laicidade-estatal-e-liberdade-religiosa>. Acesso em: 20/03/2014.

NETO, Arthur Virmond de Lacerda. Artigo: Estado Laico, 2008. Disponível em: <http://www.revistaladoa.com.br/website/artigo.asp?cod=1592&idi=1&moe=84&id=7937>. Acesso em: 01/05/2014.

NOVAES, Adenáuer. Religião pessoal. Salvador: Fundação lar harmonia, 2007.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 281-310, June 2007.

PEREIRA, Mariana Alvarenga Eghrari e AUNE, Mary Caetana. A Liberdade Religiosa no Brasil – mito ou realidade?. Disponível em: <http://www.meel.org.br/a-liberdade-religiosa-no-brasil-%E2%80%93-mito-ou-realidade/>. Acesso em: 2/5/2014.

PIERUCCI, Antônio Flavio. Apêndice: As religiões no Brasil, em GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. O livro das religiões / Tradução Isa Mara Lando ; revisão técnica e apêndice Antônio Flavio Pierucci. — São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REIS, Daiane do Carmo. Artigo: Liberdade Religiosa o Estado Laico: A Relação entre Religião, Estado, Política e Cultura na Contemporaneidade. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 01 Jun. 2012. Disponível em: [investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-constitucional/251509](http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-constitucional/251509). Acesso em: 3/6/2014

RIBEIRO, Milton. Liberdade Religiosa: uma proposta para debate. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

SABAINI, Wallace Tesch. A relação entre religião e Estado sob a égide do direito fundamental da liberdade de religião, 2008. 115. Dissertação – Faculdade de Direito de Vitória. Vitória, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp075718.pdf>

SARMENTO, Daniel. Artigo científico: O Crucifixo nos Tribunais e a Laicidade do Estado. Revista Eletrônica PRPE. Maio de 2007.

SOTTOMAIOR, Daniel. Artigo científico: O Estado verdadeiramente laico e a retirada dos símbolos religiosos de repartições públicas, 2009. Disponível em:

[http://www.oabsp.org.br/noticias/2009/09/04/5680/?searchterm=Estado Laico](http://www.oabsp.org.br/noticias/2009/09/04/5680/?searchterm=Estado%20Laico).

Acesso em: 27/4/2014.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional – 10. ed. rev. e atual. São Paulo : Saraiva, 2012.

WEINGARTNER NETO, Jayme. Liberdade Religiosa na Constituição. Rio Grande do Sul : Livraria do Advogado, 2007.

WEISZFLOG, Walter (editor). Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa São Paulo – SP : Editora Melhoramentos Ltda., 2012

WOODS Jr, Thomas. How the catholic church built western civilization. Washington, DC: Regnery publishing, 2012.

ZAGREBELSKY, Gustavo. Contra la ética de la verdad / Tradução de Álvaro Núñez Vaquero. Madrid : Editorial Trotta, 2010.